

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00332-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	3 - CNPJ 33.541.368/0001-16
4 - NIRE 26300042509		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Delmiro Gouveia, 333				2 - BAIRRO OU DISTRITO San Martin	
3 - CEP 50761-901	4 - MUNICÍPIO Recife				5 - UF PE
6 - DDD 81	7 - TELEFONE 3229-2222	8 - TELEFONE 3229-2952	9 - TELEFONE 3229-2909	10 - TELEX	
11 - DDD 81	12 - FAX 3229-3333	13 - FAX -	14 - FAX -		
15 - E-MAIL dconti@chesf.gov.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Marcos José Mota de Cerqueira					
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Delmiro Gouveia, 333, Bl. A, Sl 204				3 - BAIRRO OU DISTRITO San Martin	
4 - CEP 50761-901	5 - MUNICÍPIO Recife				6 - UF PE
7 - DDD 81	8 - TELEFONE 3229-2333	9 - TELEFONE 3229-2335	10 - TELEFONE -	11 - TELEX	
12 - DDD 81	13 - FAX 3229-2043	14 - FAX -	15 - FAX -		
16 - E-MAIL marcosmc@chesf.gov.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	3	01/07/2010	30/09/2010	2	01/10/2009	31/12/2009
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes					10 - CÓDIGO CVM 00287-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Gilberto Bagaiolo Contador					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 861.271.368-49		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00332-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	3 - CNPJ 33.541.368/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	40.478	40.478	40.478
2 - Preferenciais	1.232	1.232	1.232
3 - Total	41.710	41.710	41.710
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estatal Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Produção e Transmissão de Energia Elétrica
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Parcial
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM 01	2 - CNPJ 08.768.414/0001-77	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S.A.
----------------	--------------------------------	--

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INICIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00332-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	3 - CNPJ 33.541.368/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	05/10/2010	7.557.607	3.018.050	Subscrição em Bens ou Créditos	9.855.181	306,2400000000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 31/05/2011	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00332-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	3 - CNPJ 33.541.368/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	20.117.672	19.266.180
1.01	Ativo Circulante	2.454.619	1.901.508
1.01.01	Disponibilidades	776.372	796.158
1.01.01.01	Numerário disponível	3.519	4.946
1.01.01.02	Aplicações no mercado aberto	772.853	791.212
1.01.02	Créditos	1.044.494	644.526
1.01.02.01	Clientes	1.044.494	644.526
1.01.02.01.01	Consumidores, concess. e permissionárias	1.125.117	711.125
1.01.02.01.02	(-) Provisões p/ créditos liq. duvidosa	(80.623)	(66.599)
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.03	Estoques	91.770	77.775
1.01.04	Outros	541.983	383.049
1.01.04.01	Serviços em curso	148.495	145.048
1.01.04.02	Tributos e contribuições a recuperar	116.889	10.882
1.01.04.03	Cauções e depósitos vinculados	12.003	3
1.01.04.04	Reserva Global de Reversão	474	523
1.01.04.05	Adiantamento a empregados	23.703	16.738
1.01.04.06	Desativações em curso	18.012	12.982
1.01.04.07	Adiantamento a fornecedores	13.114	5.709
1.01.04.08	Dividendos a receber	0	10.046
1.01.04.09	Títulos e valores mobiliários	2.797	36
1.01.04.10	Ativo financeiro - RAP	160.633	150.511
1.01.04.11	Outros créditos	45.863	30.571
1.02	Ativo Não Circulante	17.663.053	17.364.672
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.995.103	5.880.455
1.02.01.01	Créditos Diversos	7.718	31.479
1.02.01.01.01	Consumidores, concess. e permissionárias	7.718	31.479
1.02.01.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.01.03	Outros	5.987.385	5.848.976
1.02.01.01.03.01	Créditos fiscais	329.453	339.582
1.02.01.01.03.02	Bens e direitos destinados a alienação	11.416	11.559
1.02.01.01.03.03	Tributos e contribuições a recuperar	11.049	10.672
1.02.01.01.03.04	Depósitos vinculados a litígios	199.422	188.253
1.02.01.01.03.05	Cauções e depósitos vinculados	24.403	31.547
1.02.01.01.03.06	Títulos e valores mobiliários	5.541	812
1.02.01.01.03.07	Ativo financeiro - RAP	1.506.271	1.496.531
1.02.01.01.03.08	Ativo financeiro indenizável	3.892.218	3.759.110
1.02.01.01.03.09	Outros	7.612	10.910

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00332-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	3 - CNPJ 33.541.368/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2010	4 -31/12/2009
1.02.02	Ativo Permanente	11.667.950	11.484.217
1.02.02.01	Investimentos	684.940	481.560
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	61.149	61.616
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	619.834	416.086
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	3.957	3.858
1.02.02.02	Imobilizado	10.954.550	10.971.103
1.02.02.03	Intangível	28.460	31.554
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00332-8	CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	33.541.368/0001-16

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	20.117.672	19.266.180
2.01	Passivo Circulante	1.165.093	1.296.413
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	57.021	120.277
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	173.403	256.520
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	339.587	249.022
2.01.05	Dividendos a Pagar	18	183.303
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	595.064	487.291
2.01.08.01	Benefícios pós-emprego	43.369	101.328
2.01.08.02	Obrigações estimadas	141.424	95.893
2.01.08.03	Folha de pagamento	8.615	28.144
2.01.08.04	Incentivo ao desligamento - PDVP	262.016	14.898
2.01.08.05	Pesquisa e desenvolvimento	45.976	54.285
2.01.08.06	Encargos do consumidor a recolher	45.547	57.802
2.01.08.07	Compensação fin. p/util. rec. hídricos	28.875	37.571
2.01.08.08	Participação nos lucros ou resultados	0	72.145
2.01.08.09	Outros	19.242	25.225
2.02	Passivo Não Circulante	4.872.709	4.945.482
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	4.872.709	4.945.482
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	654.617	543.169
2.02.01.01.01	Eletrobras - M.N.	131.784	147.601
2.02.01.01.02	Instituições financeiras - M.N.	522.833	395.568
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	720.553	599.366
2.02.01.03.01	Ações trabalhistas	96.286	83.997
2.02.01.03.02	Ações cíveis	613.636	505.091
2.02.01.03.03	Ações fiscais	10.631	10.278
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	3.018.050	3.018.051
2.02.01.06	Outros	479.489	784.896
2.02.01.06.01	Tributos e contribuições sociais	9.453	21.053
2.02.01.06.02	Débitos fiscais - CSLL e IR diferidos	29.941	8.948
2.02.01.06.03	Benefícios pós-emprego	266.316	352.395
2.02.01.06.04	Pesquisa e desenvolvimento	142.576	120.470
2.02.01.06.05	Encargos do consumidor a recolher	26.030	15.109
2.02.01.06.06	Incentivo ao desligamento - PDVP	0	259.220
2.02.01.06.07	Outros	5.173	7.701
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	14.079.870	13.024.285

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00332-8	CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	33.541.368/0001-16

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2010	4 -31/12/2009
2.05.01	Capital Social Realizado	4.539.557	4.539.557
2.05.02	Reservas de Capital	4.916.199	4.916.199
2.05.02.01	Ágio na emissão de ações	0	0
2.05.02.02	Doações e subvenções para investimento	4.759.353	4.759.353
2.05.02.03	Remun. bens/direitos const. cap. próprio	156.846	156.846
2.05.02.04	Outros	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	3.085.933	3.568.529
2.05.04.01	Legal	349.978	349.978
2.05.04.02	Estatutária	8.179	8.179
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	464.559	464.559
2.05.04.05	Retenção de Lucros	2.209.834	2.209.834
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	53.383	535.979
2.05.04.07.01	Dividendos adicionais	168.196	576.588
2.05.04.07.02	Outros resultados abrangentes	(277.966)	(203.762)
2.05.04.07.03	Outras reservas de lucro	163.153	163.153
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.538.181	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00332-8	CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	33.541.368/0001-16

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.691.661	4.464.516	1.277.361	3.894.154
3.02	Deduções da Receita Bruta	(251.519)	(644.474)	(187.288)	(566.142)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.440.142	3.820.042	1.090.073	3.328.012
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(518.594)	(1.500.805)	(495.334)	(1.428.222)
3.05	Resultado Bruto	921.548	2.319.237	594.739	1.899.790
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(170.906)	(502.342)	(542.262)	(1.162.671)
3.06.01	Com Vendas	(7.515)	(23.553)	(3.934)	(157.171)
3.06.01.01	Provisão(Reversão) p/cred. liq. duvidosa	(3.508)	(10.694)	(3.972)	(61.972)
3.06.01.02	Perdas consumidores/concessionárias	(3.876)	(12.524)	91	(95.016)
3.06.01.03	Serviço de terceiros	(129)	(309)	(50)	(168)
3.06.01.04	Outras	(2)	(26)	(3)	(15)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(185.999)	(540.183)	(471.791)	(823.420)
3.06.02.01	Pessoal	(122.815)	(312.012)	(375.015)	(535.023)
3.06.02.02	Material	(1.897)	(7.254)	(2.452)	(9.338)
3.06.02.03	Serviço de terceiros	(24.454)	(73.492)	(21.539)	(61.033)
3.06.02.04	Depreciação e amortização	(17.924)	(52.065)	(16.691)	(49.998)
3.06.02.05	Provisão para contingências	(11.338)	(71.668)	(8.289)	(30.220)
3.06.02.06	Doações, contribuições e subvenções	(5.153)	(15.397)	(4.646)	(14.094)
3.06.02.07	Benefícios pós-emprego	7.000	20.998	(33.143)	(99.431)
3.06.02.08	Outras	(9.418)	(29.293)	(10.016)	(24.283)
3.06.03	Financeiras	14.616	34.242	(68.530)	(179.317)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	42.748	110.847	10.325	70.120
3.06.03.01.01	Variação monetária	4.612	12.726	412	40
3.06.03.01.02	Outras receitas	38.136	98.121	9.913	70.080
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(28.132)	(76.605)	(78.855)	(249.437)
3.06.03.02.01	Variação monetária	45	(1.056)	13.279	50.829
3.06.03.02.02	Outras despesas	(28.177)	(75.549)	(92.134)	(300.266)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00332-8	CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	33.541.368/0001-16

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	2	166	5.695	5.764
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(6)	(15)	(2.726)	(4.025)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	7.996	27.001	(976)	(4.502)
3.07	Resultado Operacional	750.642	1.816.895	52.477	737.119
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	750.642	1.816.895	52.477	737.119
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(111.925)	(252.569)	(80.153)	(199.280)
3.10.01	Imposto de Renda Corrente	(177.812)	(386.659)	(87.777)	(269.930)
3.10.02	Incentivos Fiscais	133.138	296.326	13.451	137.078
3.10.03	Contribuição Social	(67.251)	(162.236)	(5.827)	(66.428)
3.11	IR Diferido	(8.743)	(26.145)	70.262	87.740
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	629.974	1.538.181	42.586	625.579
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	41.710	41.710	41.710	41.710
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	15,10367	36,87799	1,02100	14,99830
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00332-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	3 - CNPJ 33.541.368/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	170.615	373.497	72.348	308.317
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	573.046	1.354.250	290.778	956.789
4.01.01.01	Lucro antes do IR e da CSLL	750.642	1.816.895	52.477	737.119
4.01.01.02	Depreciação e amortização	104.127	312.178	103.508	311.502
4.01.01.03	Variações monetária e cambial (líquidas)	(4.557)	(11.570)	(13.691)	(50.869)
4.01.01.04	Imp. de renda e contrib. social diferido	0	0	(3.526)	0
4.01.01.05	Equivalência patrimonial	(7.996)	(27.001)	4.502	4.502
4.01.01.06	Energia livre	0	0	0	0
4.01.01.07	Provisão para contingências	11.338	71.668	8.289	30.220
4.01.01.08	Provisão para créditos de liq. duvidosa	3.571	14.024	3.972	61.972
4.01.01.09	Atualização depósitos judiciais	(3.143)	(8.623)	0	0
4.01.01.10	Passivo regulatório da transmissão	0	0	0	0
4.01.01.11	Incentivo ao desligamento - PDVP	(2.490)	(12.102)	275.144	275.144
4.01.01.12	Encargos financeiros	16.960	48.126	96.912	301.488
4.01.01.13	Receita financeira - atual. ativo transm	(171.531)	(519.888)	(179.198)	(541.014)
4.01.01.14	Receita de construção	(106.100)	(274.205)	(82.554)	(249.421)
4.01.01.15	Entidade de prev. privada - ajuste atuar	(17.706)	(50.238)	24.944	76.166
4.01.01.16	Atualização títulos da dívida agraria	(63)	(1.827)	0	0
4.01.01.17	Outros	(6)	(3.187)	(1)	(20)
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(300.298)	(442.542)	37.379	79.805
4.01.02.01	Consum.,conces. e permissionárias	(285.208)	(390.231)	6.109	99.217
4.01.02.02	Estoques	(5.524)	(13.995)	(4.294)	(4.047)
4.01.02.03	Tributos e contrib. sociais	6.612	(73.041)	105.829	102.782
4.01.02.04	Adiantamentos a empregados	1.464	(6.965)	(1.791)	7.134
4.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	(1.685)	(4.856)	299	(12.620)
4.01.02.06	Créditos fiscais	8.654	10.129	(88.638)	(98.931)
4.01.02.07	Serviços em cursos	388	(3.447)	(7.545)	(22.080)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00332-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	3 - CNPJ 33.541.368/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/07/2009 a 30/09/2009	7 - 01/07/2009 a 30/09/2009
4.01.02.08	Fornecedores	(16.182)	(83.117)	9.425	(25.633)	
4.01.02.09	Obrigações estimadas	25.794	45.531	20.859	39.190	
4.01.02.10	Encargos do consumidor a recolher	15.958	(1.334)	(1.016)	(552)	
4.01.02.11	Pesquisa e Desenvolvimento	(109)	13.797	6.717	(7.951)	
4.01.02.12	Provisão para contingências	(42.750)	49.519	185	15.532	
4.01.02.13	Compensação fin. pela utiliz. rec. híd.	(605)	(8.696)	(6.918)	2.407	
4.01.02.14	Outros	(7.105)	24.164	(1.842)	(14.643)	
4.01.03	Outros	(102.133)	(538.211)	(255.809)	(728.277)	
4.01.03.01	Enc. fin. pagos a acion. e partes relac.	(4.389)	(14.338)	(89.252)	(277.021)	
4.01.03.02	Enc. fin. pagos a inst. fin. e outras	(15.284)	(35.058)	(12.533)	(33.792)	
4.01.03.03	Pagamento de IR e CSLL	(42.629)	(232.715)	(28.878)	(114.167)	
4.01.03.04	Pagto de partic. nos lucros e resultados	0	(72.145)	0	(61.143)	
4.01.03.05	Depósito vinculados a litígios	(827)	(2.546)	(1.855)	(31.056)	
4.01.03.06	Pagamentos a entidades de prev privada	(39.004)	(181.409)	(123.291)	(211.098)	
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	40.218	163.758	151.303	318.501	
4.02.01	Aplicações no imobilizado e intangível	(77.285)	(296.769)	(76.571)	(185.199)	
4.02.02	Participações societárias e permanentes	(95.190)	(193.161)	(412)	(144.062)	
4.02.03	Ativo financeiro - Fim da concessão	203.031	641.123	218.943	630.161	
4.02.04	Dividendos recebidos	8.848	10.470	8.784	15.325	
4.02.05	Outros	814	2.095	559	2.276	
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(3.895)	(557.041)	(101.873)	(839.332)	
4.03.01	Empréstimos/financ. obtidos longo prazo	35.328	141.945	4	52.425	
4.03.02	Pag. de parc. de CP de emp/financ de LP	(39.223)	(91.119)	(101.767)	(326.469)	
4.03.03	Remuneração paga a acionistas	0	(607.867)	0	(565.178)	
4.03.04	Outros	0	0	(110)	(110)	
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0	
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	206.938	(19.786)	121.778	(212.514)	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00332-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	3 - CNPJ 33.541.368/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	4.539.557	4.916.199	0	3.110.722	908.207	1.197	13.475.882
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	4.539.557	4.916.199	0	3.110.722	908.207	1.197	13.475.882
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	629.974	0	629.974
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	(23.516)	0	(2.471)	(25.987)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.07.04	Ajustes de Avaliação Patr. - Coligadas	0	0	0	0	0	(2.471)	(2.471)
5.07.05	Resultado atuarial com benef pós-emprego	0	0	0	(23.516)	0	0	(23.516)
5.07.06	Aprovação de divid. adic. pela AGO	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	4.539.557	4.916.199	0	3.087.206	1.538.181	(1.274)	14.079.869

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00332-8	CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	33.541.368/0001-16

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	4.539.557	4.916.199	0	3.569.849	0	(1.320)	13.024.285
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	4.539.557	4.916.199	0	3.569.849	0	(1.320)	13.024.285
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	1.538.181	0	1.538.181
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	(482.643)	0	46	(482.597)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.07.04	Ajustes de Avaliação Patr. - Coligadas	0	0	0	0	0	46	46
5.07.05	Resultado atuarial com benef pós-emprego	0	0	0	(74.250)	0	0	(74.250)
5.07.06	Aprovação de divid. adic. pela AGO	0	0	0	(408.393)	0	0	(408.393)
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	4.539.557	4.916.199	0	3.087.206	1.538.181	(1.274)	14.079.869

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00332-8	CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	33.541.368/0001-16

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	21.290.985	19.978.493
1.01	Ativo Circulante	2.748.083	2.173.536
1.01.01	Disponibilidades	964.960	980.202
1.01.01.01	Numerário disponível	6.396	49.187
1.01.01.02	Aplicações no mercado aberto	958.564	931.015
1.01.02	Créditos	1.051.031	652.194
1.01.02.01	Clientes	1.051.031	652.194
1.01.02.01.01	Consumidores, concess. e permissionárias	1.131.654	718.793
1.01.02.01.02	(-) Provisões p/créditos lid. duvidosa	(80.623)	(66.599)
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.03	Estoques	91.770	75.775
1.01.04	Outros	640.322	465.365
1.01.04.01	Serviços em curso	148.813	145.226
1.01.04.02	Tributos e contribuições a recuperar	120.198	11.855
1.01.04.03	Cauções e depósitos vinculados	46.288	20.777
1.01.04.04	Reserva global de reversão	474	523
1.01.04.05	Adiantamentos a empregados	23.731	16.743
1.01.04.06	Desativações em curso	18.012	12.982
1.01.04.07	Adiantamentos a fornecedores	13.114	5.709
1.01.04.08	Dividendos a receber	0	57
1.01.04.09	Títulos e valores mobiliários	2.797	36
1.01.04.10	Ativo financeiro - RAP	216.276	214.565
1.01.04.11	Outros créditos	50.619	36.892
1.02	Ativo Não Circulante	18.542.902	17.804.957
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.563.316	6.294.631
1.02.01.01	Créditos Diversos	7.718	31.479
1.02.01.01.01	Consumidores, concess. e permissionárias	7.718	31.479
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	6.555.598	6.263.152
1.02.01.03.01	Créditos fiscais	340.891	352.563
1.02.01.03.02	Bens e direitos destinados a alienação	11.422	11.565
1.02.01.03.03	Tributos e contribuições a recuperar	41.872	22.515
1.02.01.03.04	Depósitos vinculados a litígios	199.422	188.253
1.02.01.03.05	Cauções e depósitos vinculados	41.908	42.766
1.02.01.03.06	Títulos e valores mobiliários	5.541	812
1.02.01.03.07	Ativo financeiro - RAP	1.988.269	1.859.444
1.02.01.03.08	Ativo financeiro indenizável	3.901.658	3.759.110
1.02.01.03.09	Outros	24.615	26.124

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00332-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	3 - CNPJ 33.541.368/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2010	4 -31/12/2009
1.02.02	Ativo Permanente	11.979.586	11.510.326
1.02.02.01	Investimentos	65.105	65.472
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	61.149	61.616
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	3.956	3.856
1.02.02.02	Imobilizado	11.866.974	11.395.845
1.02.02.03	Intangível	47.507	49.009
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00332-8	CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	33.541.368/0001-16

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	21.290.985	19.978.493
2.01	Passivo Circulante	1.454.027	1.437.141
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	222.358	216.706
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	267.664	284.720
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	348.384	257.386
2.01.05	Dividendos a Pagar	18	183.303
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	615.603	495.026
2.01.08.01	Benefícios pós-emprego	43.369	101.328
2.01.08.02	Obrigações estimadas	141.746	96.013
2.01.08.03	Folha de pagamento	9.148	28.461
2.01.08.04	Incentivo ao desligamento - PDVP	262.016	14.898
2.01.08.05	Pesquisa e desenvolvimento	47.213	55.279
2.01.08.06	Encargos do consumidor a recolher	45.820	58.167
2.01.08.07	Compensação fin. p/ util. rec. hídricos	28.875	37.571
2.01.08.08	Participação nos lucros ou resultados	0	72.145
2.01.08.09	Outros	37.416	31.164
2.02	Passivo Não Circulante	5.757.088	5.517.067
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.757.088	5.517.067
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.492.079	1.061.257
2.02.01.01.01	Eletrobrás - M.N.	131.784	147.601
2.02.01.01.02	Instituições financeiras - M.N.	1.360.295	913.656
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	721.437	599.366
2.02.01.03.01	Ações trabalhistas	96.286	83.997
2.02.01.03.02	Ações cíveis	614.347	505.091
2.02.01.03.03	Ações fiscais	10.804	10.278
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	3.018.050	3.018.050
2.02.01.06	Outros	525.522	838.394
2.02.01.06.01	Tributos e contribuições sociais	14.602	32.390
2.02.01.06.02	Débitos fiscais - CSLL e IR diferidos	46.508	18.586
2.02.01.06.03	Benefícios pós-emprego	266.317	352.395
2.02.01.06.04	Pesquisa e desenvolvimento	142.576	120.470
2.02.01.06.05	Encargos do consumidor a recolher	26.030	15.109
2.02.01.06.06	Incentivo ao desligamento - PDVP	0	259.220
2.02.01.06.07	Concessões a pagar	17.279	15.786
2.02.01.06.08	Outros	12.210	24.438
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00332-8	CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	33.541.368/0001-16

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2010	4 -31/12/2009
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	14.079.870	13.024.285
2.05.01	Capital Social Realizado	4.539.557	4.539.557
2.05.02	Reservas de Capital	4.916.199	4.916.199
2.05.02.01	Doações e subvenções para investimentos	4.759.353	4.759.353
2.05.02.02	Remun. bens/direitos const. cap. próprio	156.846	156.846
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	3.085.933	3.568.529
2.05.04.01	Legal	349.978	349.978
2.05.04.02	Estatutária	8.179	8.179
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	464.559	464.559
2.05.04.05	Retenção de Lucros	2.209.834	2.209.834
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	53.383	535.979
2.05.04.07.01	Dividendos adicionais	168.196	573.102
2.05.04.07.02	Outros resultados abrangentes	(277.966)	(203.762)
2.05.04.07.03	Outras reservas de lucro	163.153	166.639
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.538.181	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00332-8	CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	33.541.368/0001-16

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.742.076	4.631.552	1.300.286	3.969.238
3.02	Deduções da Receita Bruta	(254.533)	(651.290)	(188.503)	(570.609)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.487.543	3.980.262	1.111.783	3.398.629
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(548.157)	(1.605.363)	(502.418)	(1.455.707)
3.05	Resultado Bruto	939.386	2.374.899	609.365	1.942.922
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(187.105)	(553.434)	(555.232)	(1.201.029)
3.06.01	Com Vendas	(7.515)	(23.553)	(3.934)	(157.171)
3.06.01.01	Provisão(reversão) p/crédit liq dividosa	(3.508)	(10.694)	(3.972)	(61.972)
3.06.01.02	Perdas consumidores/concessionárias	(3.876)	(12.524)	91	(95.016)
3.06.01.03	Serviço de terceiros	(129)	(309)	(50)	(168)
3.06.01.04	Outras	(2)	(26)	(3)	(15)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(189.162)	(549.745)	(475.681)	(828.644)
3.06.02.01	Pessoal	(124.163)	(316.461)	(375.769)	(536.429)
3.06.02.02	Material	(1.926)	(7.329)	(2.460)	(9.361)
3.06.02.03	Serviço de terceiros	(25.205)	(75.890)	(22.099)	(62.187)
3.06.02.04	Depreciação e amortização	(17.927)	(52.072)	(16.693)	(50.001)
3.06.02.05	Provisão para contingências	(11.338)	(71.668)	(8.289)	(30.220)
3.06.02.06	Doações, contribuições e subvenções	(5.178)	(15.431)	(4.639)	(14.094)
3.06.02.07	Benefícios pós-emprego	7.000	20.998	(33.143)	(99.431)
3.06.02.08	Outras	(10.425)	(31.892)	(12.589)	(26.921)
3.06.03	Financeiras	9.662	19.568	(78.697)	(217.159)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	48.798	130.150	14.146	79.886
3.06.03.01.01	Variação monetária	4.613	16.183	268	(104)
3.06.03.01.02	Outras receitas	44.185	113.967	13.878	79.990
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(39.136)	(110.582)	(92.843)	(297.045)
3.06.03.02.01	Variação monetária	(55)	(3.965)	13.279	50.829
3.06.03.02.02	Outras despesas	(39.081)	(106.617)	(106.122)	(347.874)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00332-8	CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	33.541.368/0001-16

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	430	829	5.809	5.998
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(520)	(533)	(2.729)	(4.053)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	752.281	1.821.465	54.133	741.893
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	752.281	1.821.465	54.133	741.893
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(113.654)	(258.207)	(81.846)	(204.090)
3.10.01	Imposto de renda corrente	(180.158)	(394.273)	(89.923)	(276.245)
3.10.02	Incentivos fiscais	134.614	300.437	14.796	140.992
3.10.03	Contribuição social	(68.110)	(164.371)	(6.719)	(68.837)
3.11	IR Diferido	(8.654)	(25.078)	70.299	87.776
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	629.973	1.538.180	42.586	625.579
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	41.710	41.710	41.710	41.710
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	15,10364	36,87797	1,02100	14,99830
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00332-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	3 - CNPJ 33.541.368/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	141.080	296.908	70.638	337.497
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	541.536	1.254.508	284.104	934.867
4.01.01.01	Lucro antes do IR e da CSLL	752.282	1.821.466	54.132	741.893
4.01.01.02	Depreciação e amortização	104.565	313.506	104.008	312.943
4.01.01.03	Variações monetária e cambial (líquidas)	(4.557)	(11.570)	(13.691)	(50.869)
4.01.01.04	Imp. de renda e contrib. social diferido	0	0	416	416
4.01.01.05	Equivalência patrimonial	(78)	287	0	0
4.01.01.06	Provisão para contingências	11.338	71.668	8.289	30.220
4.01.01.07	Provisão para crédito de liquidação div.	3.571	14.024	3.972	61.972
4.01.01.08	Atualização depósitos judiciais	(3.143)	(8.623)	0	0
4.01.01.09	Passivo regulatório da transmissão	552	1.640	534	1.556
4.01.01.10	Incentivo ao desligamento - PDVP	(2.490)	(12.102)	275.144	275.144
4.01.01.11	Encargos financeiros	22.874	68.436	109.881	347.800
4.01.01.12	Receita financeira - atualiz. transm.	(189.082)	(570.338)	(194.781)	(586.907)
4.01.01.13	Receita de construção	(136.548)	(378.702)	(88.759)	(275.559)
4.01.01.14	Entidade de prev. privada - ajuste atuar	32.532	0	24.944	76.166
4.01.01.15	Atualiz. títulos da dívida agrária	(63)	(1.827)	0	0
4.01.01.16	Outros	(50.217)	(53.357)	15	92
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(297.411)	(416.641)	43.303	133.839
4.01.02.01	Consum., conces. e permissionárias	(284.248)	(387.958)	4.894	96.123
4.01.02.02	Estoques	(5.524)	(13.995)	(4.294)	(4.047)
4.01.02.03	Tributos e contribuições sociais	4.447	(86.915)	106.765	97.956
4.01.02.04	Adiantamentos a empregados	1.451	(6.983)	(1.796)	7.114
4.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	8.677	(24.650)	289	(12.632)
4.01.02.06	Créditos fiscais	8.638	13.667	(88.638)	(98.931)
4.01.02.07	Serviços em curso	379	(3.586)	(7.551)	(22.206)
4.01.02.08	Fornecedores	(18.181)	(18.198)	16.701	(1.359)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00332-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	3 - CNPJ 33.541.368/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/07/2010 a 30/09/2010	4 -01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/07/2009 a 30/09/2009
4.01.02.09	Obrigações estimadas	25.872	45.733	20.913	39.209
4.01.02.10	Encargos do consumidor a recolher	15.521	(2.620)	(1.373)	(1.626)
4.01.02.11	Pesquisa e desenvolvimento	(173)	13.594	6.623	(8.456)
4.01.02.12	Provisão para contingências	(42.737)	50.416	199	16.221
4.01.02.13	Débitos fiscais	2.070	6.370	529	2.559
4.01.02.14	Compensação fin. pela utiliz. rec. híd.	(8.696)	(8.696)	(6.918)	2.407
4.01.02.15	Outros	(4.907)	7.180	(3.040)	21.507
4.01.03	Outros	(103.045)	(540.959)	(256.769)	(731.209)
4.01.03.01	Enc. fin. pagos a acion. e partes relac.	(4.389)	(14.338)	(89.252)	(277.021)
4.01.03.02	Enc. fin. pagos a inst. fin. e outras	(16.121)	(37.583)	(13.443)	(36.554)
4.01.03.03	Pagamento de IR e CSLL	(42.704)	(232.938)	(28.928)	(114.337)
4.01.03.04	Pagto de partic. nos lucros e resultados	0	(72.145)	0	(61.143)
4.01.03.05	Depósitos vinculados a litígios	(827)	(2.546)	(1.855)	(31.056)
4.01.03.06	Pagamentos a entidade de prev. privada	(39.004)	(181.409)	(123.291)	(211.098)
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(77.263)	(109.274)	3.074	183.940
4.02.01	Aplicações no imobilizado e intangível	(271.788)	(719.065)	(220.849)	(369.409)
4.02.02	Ativo financeiro - RAP	14.981	44.273	14.207	42.457
4.02.03	Ativo financeiro - fim da concessão	203.031	641.123	218.943	630.161
4.02.04	Dividendos recebidos	(1.622)	0	8.784	15.325
4.02.05	Outros	(21.865)	(75.605)	(18.011)	(134.594)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	167.792	(202.876)	65.241	(720.913)
4.03.01	Empréstimos/financ. obtidos longo prazo	198.841	497.091	171.011	196.026
4.03.02	Pag. de parc. de CP de emp/financ. de LP	(41.938)	(99.127)	(104.313)	(333.943)
4.03.03	Remuneração paga a acionista	0	(607.867)	0	(565.178)
4.03.04	Outros	10.889	7.027	(1.457)	(17.818)
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	231.609	(15.242)	138.953	(199.476)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00332-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	3 - CNPJ 33.541.368/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/07/2010 a 30/09/2010	4 -01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/07/2009 a 30/09/2009	7 - 01/07/2009 a 30/09/2009	8 - 01/07/2009 a 30/09/2009
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	733.351	980.202	612.811			951.240
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	964.960	964.960	751.764			751.764

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00332-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	3 - CNPJ 33.541.368/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/07/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	4.539.557	4.916.199	0	3.110.722	908.207	1.197	13.475.882
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	4.539.557	4.916.199	0	3.110.722	908.207	1.197	13.475.882
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	629.974	0	629.974
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	(23.516)	0	(2.471)	(25.987)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.07.04	Ajustes de Avaliação Patr. - Coligadas	0	0	0	0	0	(2.471)	(2.471)
5.07.05	Resultado atuarial com Benef pós-emprego	0	0	0	(23.516)	0	0	(23.516)
5.07.06	Aprovação de divid. adic. pela AGO	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	4.539.557	4.916.199	0	3.087.206	1.538.181	(1.274)	14.079.869

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00332-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	3 - CNPJ 33.541.368/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	4.539.557	4.916.199	0	3.569.849	0	(1.320)	13.024.285
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	4.539.557	4.916.199	0	3.569.849	0	(1.320)	13.024.285
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	1.538.181	0	1.538.181
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	(482.643)	0	46	(482.597)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.07.04	Ajustes de Avaliação Patr. - Coligadas	0	0	0	0	0	46	46
5.07.05	Resultado atuarial com benef pós-emprego	0	0	0	(74.250)	0	0	(74.250)
5.07.06	Aprovação de div. adic. pela AGO	0	0	0	(408.393)	0	0	(408.393)
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	4.539.557	4.916.199	0	3.087.206	1.538.181	(1.274)	14.079.869

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, com sede na Rua Delmiro Gouveia, 333, Bairro de San Martin, CEP 50761-901, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é uma empresa de economia mista de capital aberto, controlada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica. A partir do exercício de 2002, com a liberação gradual dos seus contratos de suprimento (contratos iniciais), à razão de 25% ao ano, de acordo com a Lei nº 9.648, de 27/05/1998, a Companhia, que até então tinha o seu mercado limitado à Região Nordeste, passou a atuar em todo o território nacional, com atendimento às demandas das demais regiões do País, tendo hoje como principais compradoras as regiões Sudeste e Nordeste.

As operações da Companhia com a geração de energia contam com 14 usinas hidrelétricas e 1 usina termelétrica, perfazendo uma potência instalada de 10.615 MW. A transmissão de energia é realizada por um sistema composto de 99 subestações e de 18.723 quilômetros de linhas de alta tensão.

A comercialização de energia elétrica se dá por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia elétrica, realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre as energias geradas e as vendidas na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

A atividade de Transmissão e a consequente Receita Anual Permitida - RAP, estipulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, cujo montante é anualmente reajustado, é suportada por Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST e Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão – CCT, todos vinculados ao Contrato de Concessão de Transmissão. As autorizações concedidas pela Aneel, por meio de resoluções, para novos empreendimentos, caracterizadas como Receita de Novos Investimentos - RBNI, estão sujeitas a revisão tarifária a cada quatro anos com o objetivo de promover a eficiência e a modicidade tarifária. As demais instalações existentes quando da determinação do contrato de concessão, definidas como Receita de Rede Básica dos Serviços Existentes - RBSE têm a sua receita fixada e reajustada anualmente até o final da concessão. Adicionalmente ao contrato de concessão existente, a Chesf tem firmado novos contratos de concessão para a prestação dos serviços de transmissão na Rede Básica, decorrentes de leilões de transmissão promovidos pela Aneel. A receita obtida nesses leilões de transmissão é reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão - 30 anos - e também está sujeita a revisões tarifárias a cada quatro anos.

Desde de 01 de março de 1999, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com funcionamento autorizado pela Resolução nº 351/1998, da Aneel assumiu o controle e a operação do Sistema Interligado Nacional – SIN. Nesse contexto, as usinas e a rede básica de transmissão da Companhia estão sob a coordenação operacional, supervisão e controle da referida sociedade.

Além do parque de geração e sistemas de transmissão próprios, antes mencionados, a Companhia participa, em sociedade com outras empresas, da construção e operação de usinas de geração hidráulica que terão capacidade instalada de 14.794,1 MW e de empreendimentos de transmissão

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

compostos por 1.241 Km de linhas de transmissão em serviço e 3.058 Km de linhas de transmissão em construção.

2 - APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais - ITR Individuais estão sendo reapresentadas em atendimento a Deliberação CVM nº 603, de 10 de novembro de 2009 e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM vigentes em 30/09/2010.

A conclusão da preparação destas informações trimestrais e suas notas explicativas reapresentadas possuem autorização, pelos níveis competentes da administração, para 25 de maio de 2011.

As Informações Trimestrais Consolidadas foram elaboradas e estão preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, as quais estão em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e com os procedimentos de consolidação apresentados na nota 4.

Não há diferença entre patrimônio líquido e lucro líquido consolidados, constantes das informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as *IFRS* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e patrimônio líquido e lucro líquido da controladora, constantes das informações trimestrais individuais, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 2009 e 2010, o CPC emitiu diversos pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações, aprovados pela CVM, alinhados com as normas internacionais de contabilidade (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, que alteraram diversas práticas contábeis.

Na preparação das Informações Trimestrais consolidadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010 a Companhia aplicou os CPC 37 e 43 e a *IFRS 1*. Nas Informações Trimestrais individuais foram aplicados os CPC 37 a 43.

Nessa preparação, a Companhia utilizou as exceções obrigatórias aplicáveis às suas operações, e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva, conforme a seguir:

a) Isenções opcionais de aplicação retrospectiva dos pronunciamentos contábeis, adotadas pela Companhia:

- Isenção relativa à aplicação retroativa do ICPC 01 - a Companhia considerou impraticável remensurar, individualmente, os ativos que compõem a infraestrutura utilizada na concessão do serviço público nas suas datas de aquisição, optando pelo método do valor residual para a mensuração: (i) o ativo financeiro, correspondente à parcela estimada dos investimentos realizados que serão amortizados até o final da concessão; e (ii) o ativo financeiro, correspondente ao valor a receber do Poder Concedente no final da concessão.
- Isenção para mensuração dos benefícios a empregados - a Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais decorrentes de planos de benefícios pós-emprego na data da adoção

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

inicial dos novos CPC contra outros resultados abrangentes. A partir dessa data de adoção inicial, a Companhia reconhece os ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes.

As demais isenções opcionais não se aplicaram à Companhia.

b) Exceções obrigatórias de aplicação retrospectiva dos pronunciamentos contábeis, adotadas pela Companhia:

- Exceção das estimativas - as estimativas utilizadas na preparação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2009 e Informações Trimestrais em 31 de março de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas anteriormente.

As demais exceções obrigatórias não se aplicaram à Companhia.

2.1. Descrição dos principais ajustes e reclassificações decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos contábeis

Os principais ajustes decorrentes dos novos pronunciamentos contábeis cuja aplicação afetou as demonstrações contábeis da Companhia em 31/12/2009 e as Informações Trimestrais em 30/09/2009, são os apresentados a seguir. Os efeitos decorrentes da aplicação desses pronunciamentos estão também demonstrados.

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer que sejam aplicados critérios para reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes, e que sejam divulgadas informações suficientes nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

Os valores relativos a depósitos judiciais relacionados a provisões tributárias, cíveis e trabalhistas, anteriormente apresentados no balanço patrimonial em conta redutora da respectiva provisão no passivo, conforme disposto na Deliberação CVM nº 489/2005, a qual foi revogada pela adoção deste Pronunciamento, passaram a ser apresentados em conta do ativo da Companhia.

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

Este Pronunciamento tem como objetivo a definição da base para a apresentação das demonstrações contábeis e assegurar a sua comparabilidade, tanto com as de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, este Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, cujas expectativas de realização são nos doze meses seguintes à apresentação das ITR, eram registrados no circulante, conforme previsto na Instrução CVM nº 371/2002. Em observância a este Pronunciamento esses impostos diferidos passaram a ser reconhecidos integralmente no não circulante da Companhia.

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CPC 27 - Ativo Imobilizado; ICPC 01 e OCPC 05 – Ativo Financeiro – Receita Anual Permitida e Ativo Financeiro Indenizável

O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. Os principais aspectos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação a estes ativos.

Em atendimento às orientações dos Pronunciamentos CPC relativos ao assunto, a Companhia reprocessou o saldo do seu ativo imobilizado, considerando os elementos de custo previstos no CPC 27. Tal reprocessamento, que levou em consideração ainda a correção monetária dos anos de 1996 e 1997 gerou uma diferença imaterial em relação ao saldo contábil apresentado. Considerando os termos dos contratos de concessão, que prevêm a reversão do ativo residual líquido no final da concessão, que toma por base o valor contábil histórico apresentado para efeito de indenização e a previsão de receita decorrente dos demais contratos de venda de energia, a Companhia entende que o valor contábil do seu ativo imobilizado, com as limitações admitidas pelo Órgão Regulador, representa adequadamente a sua posição patrimonial e atende aos requisitos do Pronunciamento CPC 27.

Os contratos de concessão que regulamentam a exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica pela Companhia, prevêm que:

- o preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. Os contratos têm sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro anos. Geralmente, a RAP de empresa de transmissão está sujeita a alteração anual devido a aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações;
- os bens são reversíveis no final da concessão, com direito a recebimento de indenização (caixa) do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

A infraestrutura recebida ou construída é recuperada com a aplicação de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte pela Receita Anual Permitida, durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou de quem ele delegar esse encargo.

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Companhia possui ativos financeiros a receber no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica, decorrentes da aplicação do modelo financeiro previsto nas ICPC 01 e OCPC 05, no montante de R\$ 5.559.122 (R\$ 1.666.904, receita anual permitida, e R\$ 3.892.218, indenizável).

As conciliações e movimentações dos saldos ajustados às novas práticas contábeis estão apresentadas na nota 11.

CPC 30 – Receita

Este Pronunciamento tem o objetivo de estabelecer o tratamento contábil de receitas provenientes de certos tipos de transações e eventos e determinar quando reconhecê-las.

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e esses benefícios possam ser mensurados de forma confiável.

De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida. O citado CPC define que, para fins de divulgação na demonstração do resultado, a receita deve incluir somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como os tributos sobre vendas e os recursos destinados a pesquisa e desenvolvimento determinados pela Aneel, não são benefícios econômicos que fluem para a entidade e não resultam em aumento do patrimônio líquido; portanto, não devem ser apresentados como receita. Ainda de acordo com o CPC, a Companhia deve divulgar em nota explicativa uma conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado.

CPC 33 - Benefícios Pós-emprego

O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

Em conformidade com estas práticas contábeis, a Companhia optou por aplicar a isenção de benefícios a empregados da *IFRS 1* e mudar a política contábil de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, os quais eram reconhecidos pelo método do “corredor”, passando a ser reconhecidos no período em que ocorrerem em outros resultados abrangentes, conforme orientações do CPC 33 e *IAS 19*.

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos

Esta interpretação estabelece que o valor dos dividendos em montante acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei, não aprovado em assembleia geral, deve ser apresentado e destacado no patrimônio líquido. Pela prática contábil anterior esses dividendos complementares eram deduzidos do patrimônio líquido e reconhecidos no passivo da Companhia.

CPC Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

As Companhias devem elaborar suas demonstrações contábeis de acordo com este Pronunciamento, que, dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reconhecidos antes da aplicação dos novos CPC como ativos e passivos regulatórios não são, de acordo com este Pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos.

Como consequência, os saldos de ativos e passivos regulatórios contabilizados antes da data de adoção inicial dos novos CPC foram revertidos contra lucros acumulados e resultado do exercício, de acordo com o período de competência.

2.2. Demonstrativo dos ajustes e reclassificações decorrentes da adoção das novas práticas contábeis

a) Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Trimestre findo em 30/09/2010:

	Controladora					30/9/2010
	Práticas Contábeis Anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de Ativo e Passivo Regulatório	Reclassificação	Benefício Pós - Emprego	
Ativo Total	19.803.234	143.247	(80.754)	199.422	52.523	20.117.672
Ativo Circulante	2.474.676	179.780	(79.107)	(120.729)	-	2.454.620
Disponibilidades	776.372	-	-	-	-	776.372
Numerário disponível	3.519	-	-	-	-	3.519
Aplicações no mercado aberto	772.853	-	-	-	-	772.853
Clientes	1.123.602	-	(79.107)	-	-	1.044.494
Consumidores, concess. e permissionárias	1.212.644	-	(87.527)	-	-	1.125.117
(-) Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(89.042)	-	8.419	-	-	(80.623)
Estoques	83.404	8.366	-	-	-	91.770
Outros	491.298	171.414	-	(120.729)	-	541.983
Serviços em curso	148.495	-	-	-	-	148.495
Tributos e contribuições a recuperar	116.889	-	-	-	-	116.889
Cauções e depósitos vinculados	12.003	-	-	-	-	12.003
Créditos Fiscais	120.729	-	-	(120.729)	-	-
Reserva Global de Reversão	474	-	-	-	-	474
Adiantamento a empregados	23.703	-	-	-	-	23.703
Desativações em curso	18.012	-	-	-	-	18.012
Adiantamento a fornecedores	13.114	-	-	-	-	13.114
Títulos e valores mobiliários	2.797	-	-	-	-	2.797
Ativo financeiro - RAP	-	160.633	-	-	-	160.633
Outros créditos	35.082	10.781	-	-	-	45.863
Ativo Não Circulante	17.328.558	(36.532)	(1.647)	320.151	52.523	17.663.053
Ativo Realizável a Longo Prazo	225.584	5.398.489	(1.647)	320.151	52.523	5.995.100

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Créditos Diversos	9.365	-	(1.647)	-	-	7.718
Consumidores, concess. e permissionárias	9.365	-	(1.647)	-	-	7.718
Outros	216.219	5.398.489	-	320.151	52.523	5.987.382
Créditos fiscais	156.201	-	-	120.729	52.523	329.453
Bens e direitos destinados a alienação	11.416	-	-	-	-	11.416
Tributos e contribuições a recuperar	11.049	-	-	-	-	11.049
Depósitos vinculados a litígios	-	-	-	199.422	-	199.422
Cauções e depósitos vinculados	24.403	-	-	-	-	24.403
Títulos e valores mobiliários	5.541	-	-	-	-	5.541
Ativo financeiro - RAP	-	1.506.271	-	-	-	1.506.271
Ativo financeiro indenizável	-	3.892.218	-	-	-	3.892.218
Outros	7.609	-	-	-	-	7.609
Ativo Permanente	17.102.974	(5.435.021)	-	-	-	11.667.953
Investimentos	629.425	55.515	-	-	-	684.940
Participações	-	-	-	-	-	-
Coligadas/Equiparadas	626.086	55.515	-	-	-	681.601
Outros Investimentos	3.339	-	-	-	-	3.339
Imobilizado	16.444.930	(5.490.380)	-	-	-	10.954.550
Intangível	28.619	(156)	-	-	-	-

	Controladora					
	Práticas Contábeis Anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de Ativo e Passivo Regulatório	Reclassificação	Benefício Pós - Emprego	30/9/2010
Passivo Total	19.803.234	143.247	(80.754)	199.422	52.523	20.117.672
Passivo Circulante	1.272.884	-	(107.791)	-	-	1.165.093
Empréstimos e Financiamentos	57.021	-	-	-	-	57.021
Fornecedores	214.583	-	(41.180)	-	-	173.403
Impostos, Taxas e Contribuições	339.587	-	-	-	-	339.587
Dividendos a Pagar	-	-	-	-	-	18
Outros	661.693	-	(66.611)	-	-	595.064
Entidade de previdencia privada	43.369	-	-	-	-	43.369
Obrigações estimadas	141.424	-	-	-	-	141.424
Folha de pagamento	8.615	-	-	-	-	8.615
Incentivo ao desligamento - PDVP	262.016	-	-	-	-	262.016
Pesquisa e desenvolvimento	45.976	-	-	-	-	45.976
Encargos do consumidor a recolher	45.547	-	-	-	-	45.547
Compensação fin. p/util. rec. hídricos	28.875	-	-	-	-	28.875
Passivos regulatórios	67.368	-	(67.368)	-	-	-
Outros	18.503	-	757	-	-	19.242
Passivo Não Circulante	18.530.350	143.247	27.037	199.422	52.523	18.952.579
Passivo Exigível a Longo Prazo	1.444.364	13.378	4.123	3.217.472	193.372	4.872.709
Empréstimos e Financiamentos	654.617	-	-	-	-	654.617
Eletrobras - M.N.	131.784	-	-	-	-	131.784
Instituições financeiras - M.N.	522.833	-	-	-	-	522.833
Provisões	521.131	-	-	199.422	-	720.553
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	-	-	3.018.050	-	3.018.050
Outros	268.616	13.378	4.123	-	193.372	479.489
Tributos e contribuições sociais	9.453	-	-	-	-	9.453
Débitos fiscais - CSLL e IR diferidos	-	13.380	4.123	-	12.438	29.941
Benefícios pós-emprego	85.383	-	-	-	180.934	266.316
Pesquisa e desenvolvimento	142.576	-	-	-	-	142.576
Encargos do consumidor a recolher	26.030	-	-	-	-	26.030
Outros	5.174	(2)	-	-	-	5.173
Patrimônio Líquido	14.067.936	129.869	22.914	-	(140.849)	14.079.870
Capital Social Realizado	4.539.557	-	-	-	-	4.539.557

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Reservas de Capital	4.916.199	-	-	-	-	4.916.199
Doações e subvenções para investimento	4.759.353	-	-	-	-	4.759.353
Remun. bens/direitos const. cap. próprio	156.846	-	-	-	-	156.846
Reservas de Lucro	3.195.703	-	-	-	-	3.195.703
Legal	349.978	-	-	-	-	349.978
Estatutária	8.179	-	-	-	-	8.179
De Lucros a Realizar	464.559	-	-	-	-	464.559
Retenção de Lucros	2.209.834	-	-	-	-	2.209.834
Outras Reservas de Lucro	163.153	-	-	-	-	163.153
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.274)	-	-	-	-	(1.274)
Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	(1.274)	-	-	-	-	(1.274)
Lucros/Prejuízos Acumulados	1.417.751	29.585	21.720	-	69.125	1.538.181
Dividendos adicionais	-	100.284	1.194	-	66.718	168.196
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(276.692)	(276.692)
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	3.018.050	-	-	(3.018.050)	-	-

	Controladora				01/01/2010 a 30/09/2010
	Práticas Contábeis Anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de Ativo e Passivo Regulatório	Benefício Pós - Emprego	
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	4.234.002	152.970	77.544	-	4.464.516
Deduções da Receita Bruta	(644.474)	-	-	-	(644.474)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	3.589.528	152.970	77.544	-	3.820.042
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.372.538)	(114.784)	(13.483)	-	(1.500.805)
Resultado Bruto	2.216.990	38.186	64.061	-	2.319.238
Despesas/Receitas Operacionais	(541.519)	(3.954)	(38.434)	81.563	(502.342)
Com Vendas	(21.942)	-	(1.611)	-	(23.553)
Provisão(Reversão) p/cred. liq. duvidosa	(4.382)	-	(6.312)	-	(10.694)
Perdas consumidores/concessionárias	(17.225)	-	4.701	-	(12.524)
Serviço de terceiros	(309)	-	-	-	(309)
Outras	(26)	-	-	-	(26)
Gerais e Administrativas	(590.423)	-	-	50.238	(540.183)
Pessoal	(341.254)	-	-	29.240	(312.012)
Material	(7.254)	-	-	-	(7.254)
Serviço de terceiros	(73.492)	-	-	-	(73.492)
Depreciação e amortização	(52.065)	-	-	-	(52.065)
Provisão para contingências	(71.668)	-	-	-	(71.668)
Doações, contribuições e subvenções	(15.397)	-	-	-	(15.397)
Outras	(29.293)	-	-	20.998	(8.295)
Financeiras	70.695	(3.954)	(36.823)	31.325	61.243
Receitas Financeiras	185.473	4.259	(36.823)	-	152.909
Variação monetária	92.421	-	-	-	92.421
Outras receitas	93.052	4.259	(36.823)	-	60.488
Despesas Financeiras	(114.778)	(8.213)	-	31.325	(91.666)
Variação monetária	(19.618)	-	-	18.462	(1.156)
Outras despesas	(95.160)	(8.213)	-	12.863	(90.510)

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Outras Receitas Operacionais	166	-	-	-	166
Outras Despesas Operacionais	(15)	-	-	-	(15)
Resultado Operacional	1.675.471	34.232	25.628	81.563	1.816.894
Resultado Antes Tributação/Participações	1.675.471	34.232	25.628	81.563	1.816.894
Provisão para IR e Contribuição Social	(240.178)	(2.743)	(2.307)	(7.340)	(252.568)
Imposto de Renda Corrente	(386.659)	-	-	-	(386.659)
Incentivos Fiscais	296.326	-	-	-	296.326
Contribuição Social	(149.845)	(2.743)	(2.307)	(7.340)	(162.235)
IR Diferido	(17.542)	(1.904)	(1.601)	(5.098)	(26.145)
Lucro/Prejuízo do Período	1.417.751	29.585	21.720	69.125	1.538.181

b) Balanço patrimonial em 31/12/2009:

	Controladora					
	Práticas contábeis anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Reclassificações	Benefícios pós-emprego	Práticas contábeis atuais
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	796.158	-	-	-	-	796.158
Consumidores, concessionárias e permissionárias	725.005	-	(13.880)	-	-	711.125
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(77.875)	-	11.276	-	-	(66.599)
Ativo financeiro indenizável	-	150.511	-	-	-	150.511
Tributos e contribuições a recuperar	10.882	-	-	-	-	10.882
Títulos e valores mobiliários	36	-	-	-	-	36
Créditos fiscais	58.184	-	-	(58.184)	-	-
Estoques	75.325	2.450	-	-	-	77.775
Serviços em curso	145.048	-	-	-	-	145.048
Outros	73.416	3.156	-	-	-	76.572
	1.806.179	156.117	(2.604)	(58.184)	-	1.901.508
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
Consumidores, concessionárias e permissionárias	31.479	-	-	-	-	31.479
Tributos e contrib. a recuperar	10.672	-	-	-	-	10.672
Títulos e valores mobiliários	812	-	-	-	-	812
Bens e direitos destinados a alienação	11.559	-	-	-	-	11.559
Depósitos judiciais	-	-	-	188.253	-	188.253
Cauções e depósitos vinculados	31.547	-	-	-	-	31.547
Créditos fiscais	242.234	-	-	58.184	39.164	339.582

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ativo financeiro indenizável	-	3.759.110	-	-	-	3.759.110
Ativo financeiro – Receita Anual						
Permitida	-	1.496.531	-	-	-	1.496.531
Outros	10.910	-	-	-	-	10.910
	339.213	5.255.641		246.437	39.164	5.880.455
Investimentos	429.809	51.751	-	-	-	481.560
Imobilizado	16.325.441	(5.354.338)	-	-	-	10.971.103
Intangível	31.710	(156)	-	-	-	31.554
	17.126.173	(47.102)	-	246.437	39.164	17.364.672
TOTAL DO ATIVO	18.932.352	109.015	(2.604)	188.253	39.164	19.266.180

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora						
	Práticas contábeis anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Reclassificações	Dividendos	Benefícios pós-emprego	Práticas contábeis atuais
CIRCULANTE							
Fornecedores	259.558	-	(3.038)	-	-	-	256.520
Folha de pagamento	28.144	-	-	-	-	-	28.144
Tributos e contribuições sociais	249.022	-	-	-	-	-	249.022
Empréstimos e financiamentos	114.417	-	-	-	-	-	114.417
Encargos de dívidas	5.860	-	-	-	-	-	5.860
Participação nos lucros ou resultados	72.145	-	-	-	-	-	72.145
Remuneração aos acionistas	591.696	-	-	-	(408.393)	-	183.303
Obrigações estimadas	95.893	-	-	-	-	-	95.893
Benefícios pós-emprego	101.328	-	-	-	-	-	101.328
Inc. ao desligamento – PDVP	14.898	-	-	-	-	-	14.898
Pesquisa e desenvolvimento	54.285	-	-	-	-	-	54.285
Enc. do consumidor a recolher	57.802	-	-	-	-	-	57.802
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	37.571	-	-	-	-	-	37.571
Outros	26.200	-	(975)	-	-	-	25.225
	1.708.819	-	(4.013)	-	(408.393)	-	1.296.413
NÃO CIRCULANTE							
Tributos e contribuições sociais	21.053	-	-	-	-	-	21.053
Débitos fiscais	-	8.733	215	-	-	-	8.948
Empréstimos e financiamentos	543.169	-	-	-	-	-	543.169
Benefícios pós-emprego	177.507	-	-	-	-	174.888	352.395
Inc. ao desligamento – PDVP	259.220	-	-	-	-	-	259.220
Pesquisa e desenvolvimento	120.470	-	-	-	-	-	120.470
Enc. consumidor a recolher	15.109	-	-	-	-	-	15.109
Provisões para contingências	411.113	-	-	188.253	-	-	599.366

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	3.018.051	-	-	3.018.051
Outros	7.703	(2)	-	-	-	-	7.701
	1.555.344	8.731	215	3.206.304	-	174.888	4.945.482
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	4.539.557	-	-	-	-	-	4.539.557
Reservas de capital	4.916.199	-	-	-	-	-	4.916.199
Reservas de lucros	3.195.703	-	-	-	-	-	3.195.703
Dividendos adicionais	-	100.283	1.194	-	408.393	66.718	576.588
Outros resultados abrangentes	(1.320)	-	-	-	-	(202.442)	(203.762)
Recursos destinados a aumento de capital	3.018.050	1	-	(3.018.051)	-	-	-
	15.668.189	100.284	1.194	(3.018.051)	408.393	(135.724)	13.024.285
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.932.352	109.015	(2.604)	188.253	-	39.164	19.266.180

c) Demonstração do Resultado do Trimestre findo em 30/09/2009:

	Controladora				
	Práticas Contábeis Anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de Ativo e Passivo Regulatório	Benefício Pós - Emprego	01/01/2009 a 30/09/2009
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	3.727.749	160.273	6.132	-	3.894.153
Deduções da Receita Bruta	(566.142)	-	-	-	(566.142)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	3.161.607	160.273	6.132	-	3.328.011
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.326.031)	(102.190)	-	-	(1.428.222)
Resultado Bruto	1.835.576	58.083	6.132	-	1.899.790
Despesas/Receitas Operacionais	(1.081.823)	(21.156)	(688)	(59.004)	(1.162.671)
Com Vendas	(156.483)	-	(688)	-	(157.171)
Provisão(Reversão) p/cred. liq. duvidosa	(61.473)	-	(499)	-	(61.972)
Perdas consumidores/concessionárias	(95.210)	-	194	-	(95.016)
Serviço de terceiros	(168)	-	-	-	(168)
Outras	368	-	(383)	-	(15)
Gerais e Administrativas	(747.254)	-	-	(76.166)	(823.420)
Pessoal	(558.288)	-	-	23.265	(535.023)
Material	(9.338)	-	-	-	(9.338)
Serviço de terceiros	(61.033)	-	-	-	(61.033)
Depreciação e amortização	(49.998)	-	-	-	(49.998)
Provisão para contingências	(30.220)	-	-	-	(30.220)
Doações, contribuições e subvenções	(14.094)	-	-	-	(14.094)
Outras	(24.283)	-	-	(99.431)	(123.714)
Financeiras	(179.825)	(21.156)	-	17.162	(183.819)
Receitas Financeiras	116.983	(14.603)	-	-	102.380
Variação monetária	23.242	-	-	-	23.242

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Outras receitas	93.741	(14.603)	-	-	79.138
Despesas Financeiras	(296.808)	(6.553)	-	17.162	(286.199)
Variação monetária	67.266	-	-	(16.437)	50.829
Outras despesas	(364.074)	(6.553)	-	33.599	(337.028)
Outras Receitas Operacionais	5.764	-	-	-	5.764
Outras Despesas Operacionais	(4.025)	-	-	-	(4.025)
Resultado Operacional	753.753	36.926	5.444	(59.004)	737.120
Resultado Antes Tributação/Participações	753.753	36.926	5.444	(59.004)	737.120
Provisão para IR e Contribuição Social	(199.555)	(4.638)	(490)	5.310	(199.373)
Imposto de Renda Corrente	(269.930)	-	-	-	(269.930)
Incentivos Fiscais	137.078	-	-	-	137.078
Contribuição Social	(66.703)	(4.638)	(490)	5.310	(66.521)
IR Diferido	87.703	(3.220)	(340)	3.688	87.831
Lucro/Prejuízo do Período	641.901	29.069	4.614	(50.005)	625.578

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Declaração de conformidade

As Informações Trimestrais – ITR da Companhia compreendem:

As ITR consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - *IFRS* e BRGAAP; e

As ITR individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BRGAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As ITR individuais apresentam a avaliação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas ITR individuais não são consideradas como estando conforme as *IFRS*, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora, pelo seu valor justo ou pelo custo.

3.2. Base de elaboração

As ITR foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

No exercício de 2010 estão sendo elaboradas as primeiras demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*IFRS*). Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a Companhia adotou as mudanças das práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40. Os efeitos da adoção das *IFRS* e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota 2.

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As ITR são apresentadas na moeda corrente e legal do País (Real), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, quando aplicáveis, são convertidas para reais pela taxa de câmbio vigente nas datas das transações. Os saldos das contas representativas são convertidos pela taxa de câmbio oficial da data do balanço, fornecida pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas decorrentes da flutuação cambial verificada nas liquidações das operações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado do período.

3.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas em conjunto

As ITR consolidadas incluem as ITR da Companhia e as demonstrações contábeis de sociedades de propósitos específicos controladas em conjunto. O controle é caracterizado quando a Companhia tem o poder sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas ITR individuais da Companhia as informações financeiras referentes às empresas controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e as empresas controladas em conjunto são eliminados integralmente nas ITR consolidadas.

3.4. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, mas que não se configura como uma controlada nem como uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações contábeis com base no método de equivalência patrimonial, pelo qual os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a sua participação, ela deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Esses prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

3.5. Participações em empreendimentos em conjunto (*joint ventures*)

Uma *joint venture* é um acordo contratual pelo qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da investida requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os acordos de *joint venture* que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

A Companhia apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstrações contábeis consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações da Companhia nos ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto são

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia linha a linha.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

3.6. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos ou grupos de ativos são classificados como mantidos para venda, caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não pelo uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata em sua condição atual.

Os ativos ou grupo de ativos classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

3.7. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber decorrente do curso normal das atividades da Companhia, excluídos descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o seu valor pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades.

Compreendem ainda as seguintes:

Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro até o final do período da concessão auferida de modo pró-rata e que leva em consideração a taxa de retorno do projeto.

Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.

Receita de construção para as expansões, reforços e melhorias da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica não apurando margem na construção.

3.8. Custos de empréstimos e financiamentos

Os custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendidos.

Todos os outros custos com empréstimos e financiamentos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

3.9. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07. No final do exercício a parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3.10 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos.

3.10.1. Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada investida com base nas alíquotas vigentes no fim do período.

3.10.2. Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferidos (tributos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

3.10.3. Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, do período

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em *outros resultados abrangentes* ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em *outros resultados abrangentes* ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

3.11. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Inclui principalmente os ativos de geração e ativos administrativos.

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os gastos de natureza ambiental com ações e programas realizados até a liberação da primeira licença de operação são registrados no Imobilizado, e os gastos realizados a partir de então passam a ser registrados no resultado.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representam a melhor estimativa de vida útil dos bens.

3.12. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o projeto para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o projeto e usá-lo ou vendê-lo;
- O produto pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o produto trará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o produto;
- O gasto atribuível ao produto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

3.13. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Caso haja tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo, ou unidade geradora de caixa, calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo, ou unidade geradora de caixa, é reduzido ao seu valor recuperável, com a perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado.

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ativos financeiros *a valor justo por meio do resultado* são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Recebíveis**

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração desconto na aquisição e taxas ou custos incorridos.

- **Investimentos mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como *mantidos até o vencimento* quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

3.16.1.2. Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) A Companhia transfere todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia não transfere nem retém todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

3.16.2. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, e instrumentos financeiros derivativos - por intermédio de suas controladas em conjunto, classificados como instrumento de *hedge*, e outras contas a pagar.

3.16.2.1. Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação que pode ser da seguinte forma:

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

• **Empréstimos e financiamentos**

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço.

• **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros *a valor justo por meio do resultado* incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não classificou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

• **Mantidos para negociação**

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge (hedge accounting)* definidos pelo CPC 38. Derivativos, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

• **Empréstimos e financiamentos**

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço.

3.16.2.2. Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.16.3. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado, com isenção de interesses; referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3.18. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Destacam-se a seguir as normas, emendas a normas e interpretações *IFRS*, emitidas pelo *IASB*, que não estavam em vigor no período encerrado em 30/09/2010:

- *IFRS 9* – Instrumentos Financeiros;
- *IAS 24* – Divulgação de Partes Relacionadas;
- *IAS 32* – Classificação das Emissões de Direitos;
- *IFRIC 19* – Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais;
- *IFRIC 14* – Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provimento de Fundos;
- *IFRS 1* – Isenção Limitada de Divulgações Comparativas da *IFRS 7* para Adotantes Iniciais;
- Melhorias às *IFRS* emitidas em 2010.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às *IFRS* acima citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos *IFRS* está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia não estimou a extensão do impacto dessas novas normas em suas demonstrações contábeis.

3.19. Benefícios pós-emprego

a) Obrigações de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão dos benefícios é determinado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada período. Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e em mudanças de premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido - *outros resultados abrangentes*, no período em que ocorrerem.

A obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano.

b) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e de inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e de inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes e os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e em mudanças de premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido - *outros resultados abrangentes*, no período em que ocorrerem.

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias

As contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias, são decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do período, contabilizados com base no regime de competência.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários *mantidos até o vencimento* estão registrados ao custo, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço, sendo reconhecida eventual provisão para ajuste ao provável valor de realização.

e) Cauções e depósitos vinculados

As cauções e depósitos vinculados, referentes a garantias prestadas a fornecedores, estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f) Ativos indexados

Os ativos indexados estão atualizados até a data do balanço e os demais demonstrados ao custo, deduzidos de eventuais provisões para perdas.

g) Ativo financeiro – Receita Anual Permitida e Ativo financeiro indenizável

O Ativo financeiro - Receita Anual Permitida é o valor estimado de recebimento durante o prazo da concessão.

O Ativo financeiro indenizável refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão. Esses ativos financeiros são remunerados por taxa interna de retorno calculada com base no fluxo de caixa projetado desses investimentos.

3.22.1. Patrimônio Líquido

Os Lucros a Realizar decorrentes do saldo credor de correção monetária, apropriados à reserva de lucros a realizar até 1995, são revertidos a Lucros Acumulados no final de cada exercício, proporcionalmente às baixas e depreciação do Imobilizado e às baixas e amortização do Intangível.

3.22.2. Resultado

É apurado pelo regime de competência e considera a constituição e a realização dos créditos fiscais no período e a redução do imposto de renda com origem em incentivos fiscais Sudene/Sudam, calculado com base no lucro da exploração (nota 25).

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3.23.5. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH

Criada pela Lei nº 7.990/1989, destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% destinam-se aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia e 4% ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a seguinte fórmula: $CFURH = TAR \times GH \times 6,75\%$, onde TAR refere-se à Tarifa Atualizada de Referência, estabelecida anualmente pela Aneel (em R\$/MWh) e GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica. Sua gestão está a cargo da Aneel.

3.23.6. Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC

Criada pelo Decreto nº 73.102/1973 é paga mensalmente por todos os agentes que comercializem energia elétrica com o consumidor final. Tem como finalidade o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do País. Os valores da CCC são fixados anualmente pela Aneel, para cada concessionária, em função do seu mercado e podem variar em função da necessidade de uso das usinas termoeletricas. A partir do ano de 2008, restringe-se à cobertura de custos de geração termoeletrica dos sistemas isolados. Sua gestão é exercida pela Eletrobras.

3.23.7. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Criada pela Lei nº 10.438/2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço público de energia elétrica em todo o território nacional. Os recursos são provenientes: (i) dos pagamentos anuais realizados a título de Uso de Bem Público – UBP, estabelecidos nas concessões de geração; (ii) multas aplicadas pela Aneel; e (iii) dos pagamentos de cotas anuais por parte de todos os agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final no Sistema Interligado Nacional - SIN, com base nos valores da CCC dos sistemas interligados referentes ao ano de 2001, atualizados anualmente pelo crescimento do mercado e pelo IPCA. Sua gestão está a cargo do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobras.

3.23.8. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o programa de P&D estabelece que as concessionárias e permissionárias do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do Setor Elétrico. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela Aneel. Estão envolvidos com a sua gestão os Ministérios da Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, como também a Aneel e os próprios agentes.

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4 – CRITÉRIO DE CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

- I) Estas informações trimestrais foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela CPC 18, aprovado pela deliberação CVM 605/2009 e incluem a Chesf e suas controladas em conjunto, refletindo os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, e das operações dos períodos findos em 30/09/2010 e 30/09/2009 para fins de equivalência patrimonial e de Consolidação Proporcional, conforme quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	Participação da Chesf		
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2009
Participações Societárias			
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,0%	49,0%	49,0%
Integração Transmissora de Energia S.A.	12,0%	12,0%	12,0%
Energia Sustentável do Brasil S.A.	-	-	20,0%
ESBR Participações S.A.	20,0%	20,0%	-
Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,5%	19,5%	19,5%
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5%	24,5%	24,5%
Manaus Construtora Ltda.	19,5%	19,5%	-
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,0%	-	-
Norte Energia S.A.	15,0%	-	-

- II) Os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações dos Resultados trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2010 das empresas consolidadas estão demonstrados de forma resumida na nota 13.

- III) Principais práticas de consolidação:

- a) Eliminação dos investimentos da investidora nas empresas investidas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;
- b) Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas;

5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
Caixa e depósitos bancários	3.519	4.946	6.396	49.187
Aplicações financeiras	772.853	791.212	958.564	931.015
Fundo exclusivo extramercado	771.789	790.232	771.789	791.212
Outras aplicações financeiras	1.064	980	186.775	139.803
Total	776.372	796.158	964.960	980.202

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificados como instrumentos financeiros destinados a negociação e estão registrados pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

A Companhia mantém suas aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, em Fundo exclusivo extramercado com carteira composta, em sua maioria, de títulos de emissão do Tesouro Nacional, junto à Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB-DTVM, nos termos da legislação específica para empresas estatais emanada do Decreto-Lei nº 1.290, de 03/12/1973, e da Resolução nº 3.284, de 25/05/2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta. Neste trimestre obteve remuneração média de 97,95% dos CDI.

6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Origem	Controladora e Consolidado				
	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	30/09/2010	31/12/2009
Participações	Ações Provisão para Perdas	-	JCP/ Dividendos	42	42
				(8)	(6)
				34	36
TDA	-	Até 2019	TR + 3% a.a.	7.467	-
Tesouro Nacional	NTN-Série P	09/07/2012	TR + 6% a.a.	354	344
	NTN-Série P	09/07/2014	TR + 6% a.a.	169	164
	NTN-Série P	28/12/2015	TR + 6% a.a.	314	304
				837	812
TOTAL				8.338	848
Circulante				2.797	36
Não Circulante				5.541	812

00332-8	CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	33.541.368/0001-16
---------	-------------------------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As ações ordinárias e preferenciais representam, principalmente, participações minoritárias em empresas do Setor de Telecomunicações, estão ajustadas ao provável valor de realização e registradas no Ativo Circulante.

Os Títulos da Dívida Agrária – TDA são provenientes da ação desapropriatória da União Federal, por interesse social, para fins de reforma agrária, de propriedades rurais da Companhia, nos termos do Estatuto da Terra - Lei nº 4.504, de 30/11/1964, e estão classificados como títulos mantidos até o vencimento. Os títulos registrados no Ativo Não Circulante/Realizável a Longo Prazo, possuem vencimentos até 2019.

As Notas do Tesouro Nacional – NTN - Série P são provenientes da venda de títulos de ações representativos de participações minoritárias, depositados no Fundo Nacional de Desestatização - FND, no âmbito do Decreto nº 1.068/1994, e encontram-se registradas no Ativo Não circulante/Realizável a longo prazo e classificadas como *títulos mantidos até o vencimento*.

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 - CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os créditos a receber, de curto e longo prazos, decorrentes da venda de energia e da disponibilização do sistema de transmissão, apresentam o seguinte perfil:

	Controladora					
	A vencer	Vencidos			Total	
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	30/09/2010	31/12/2009
Consumidores industriais:						
Comerc. de energia – Contratos	65.345	2.944	61.968	64.912	130.257	
Concessionárias e Permissionárias:						
Comerc. de energia – Contratos	500.404	161.912	55.604	217.516	717.920	
Comercialização na CCEE	134.811	-	-	-	134.811	
Conexão ao sist. de transmissão	5.958	624	9.744	10.368	16.326	
Sistema de transmissão	119.458	2.232	11.831	14.063	133.521	
	825.976	167.712	139.147	306.859	1.132.835	
Circulante				1.125.117	711.125	
Não Circulante				7.718	31.479	

	Consolidado					
	A vencer	Vencidos			Total	
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	30/09/2010	31/12/2009
Consumidores industriais:						
Comerc. de energia – Contratos	65.345	2.944	61.968	64.912	130.257	
Concessionárias e Permissionárias:						
Comerc. de energia – Contratos	500.404	161.912	55.604	217.516	717.920	
Comercialização na CCEE	134.811	-	-	-	134.811	
Conexão ao sist. de transmissão	5.958	624	9.744	10.368	16.326	
Sistema de transmissão	125.878	2.268	11.912	14.180	140.058	
	832.396	167.748	139.228	306.976	1.139.372	
Circulante				1.131.654	718.793	
Não Circulante				7.718	31.479	

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

• **PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

	Controladora e Consolidado			30/09/2010
	31/12/2009	Provisão	Reversão	
Consumidores industriais	(65.877)	(10.600)	-	(76.477)
Concessionárias e Permissionárias	(722)	(94)	-	(816)
Outras	-	(3.330)	-	(3.330)
Circulante	(66.599)	(14.024)	-	(80.623)

• **CRÉDITOS RENEGOCIADOS**

Parte dos créditos a receber, antes relacionados, sofreu renegociação conforme a seguir:

Devedor	Controladora e Consolidado			30/06/2010
	30/09/2010		Total	
	Circulante	Não		Total
Companhia Energética do Piauí S.A.	60.784	7.719	68.503	96.884
Ligas do Brasil S.A.	10.570	-	10.570	8.982
Vale Manganês S.A.	99.773	-	99.773	88.531
Termelétrica Itapebi S.A.	11.501	-	11.501	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	11.397	-	11.397	-
Celpa	9.037	-	9.037	-
	203.062	7.719	210.781	194.397
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.570)	-	(10.570)	(8.982)
(-) Redução provisória de crédito	(99.773)	-	(99.773)	(88.531)
	(110.343)	-	(110.343)	(97.513)
Total	92.719	7.719	100.438	96.884

Os créditos de energia renegociados têm as seguintes características:

- **Companhia Energética do Piauí S.A. - Cepisa**, controlada da Eletrobras – Termo de Reconhecimento e Pagamento de Dívida nº 001/2007, datado de 01/07/2007, no montante de R\$ 121.569, pagável em 52 parcelas mensais, a partir de 03/09/2007, com correção pelo IGP-M mais juros de 1% a.m..
- **Ligas do Brasil S.A. - Libra** – Termo de Confissão de Dívida firmado entre Chesf e a Ligas do Brasil S.A. – Libra, datado de 01/09/2004, no montante de R\$ 3.423, com pagamento em 36 parcelas mensais, vencíveis a partir de 25/09/2004, corrigidas pela Selic, mais juros de 1% a.m.. As parcelas vencidas desde novembro/2005, estavam em fase de cobrança judicial por meio do Processo nº 0126653-84.2009.8.17.0001, movido na Justiça Estadual de Pernambuco, na 24ª Vara Cível da Capital. Em razão do Acordo firmado entre a Chesf e a Libra, foi pedida a extinção do processo nº 0126653-84.2009.8.17.0001 que se operou em 05/05/2010. Contudo, tal transação referiu-se apenas às faturas de consumo de energia elétrica vincendas a partir de maio de 2010. Foi interposta, pela Chesf, nova Ação Ordinária de cobrança que tramita na 17ª Vara Civil da Capital

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

deste Estado, tombada sob o nº 00282992-95.2010.8.17.0001, objetivando a recuperação de créditos relativos a faturas atrasadas.

A Companhia manteve no trimestre o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa desses valores.

- **Vale Manganês S.A.** – Instrumento Particular de Reconhecimento de Obrigações e Acordo para Pagamento, firmado entre a Chesf e a empresa Sibra, atual Rio Doce Manganês S.A., datado de 30/06/1995, no montante de R\$ 21.915, com pagamento em 120 parcelas mensais, vencíveis a partir de 31/03/1997, corrigidas pelo IGP-M mais juros de 6% a.a. As parcelas encontram-se vencidas desde agosto/1998, em fase de cobrança judicial por meio dos Processos nº 9945/1999 e 14051/2002, movidos na Justiça Estadual da Bahia, na Comarca de Simões Filho. A Companhia registrou redução provisória de créditos relativa a esses valores.
- **Termelétrica Itapebi S.A.** - Termo de Reconhecimento e Pagamento de Dívida nº 004/2010, datado de 02/08/2010, no montante de R\$ 14.762, pagável em 04 parcelas mensais, corrigidas pelo IGP-M mais juros de 1% a.m..
- **Termelétrica Monte Pascoal S.A.** - Termo de Reconhecimento e Pagamento de Dívida nº 005/2010, datado de 02/08/2010, no montante de R\$ 14.905, pagável em 04 parcelas mensais, corrigidas pelo IGP-M mais juros de 1% a.m..
- **Celipa** - Termos de Reconhecimento e Pagamento de Dívida nº 006/2010, datado de 26/08/2010, no montante de R\$ 3.253; e 008/2010, datado de 21/09/2010, pagáveis em 03 parcelas mensais, corrigidas pelo IPCA mais juros de 1% a.m..

8 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
Circulante				
IRPJ/CSLL	95.817	883	95.830	909
IR Fonte	10.101	82	12.632	1.024
Finsocial	1.578	1.525	1.578	1.525
PIS/Pasep	1.464	1.280	1.483	1.280
Cofins	6.749	5.898	6.755	5.898
Outros	1.180	1.214	1.920	1.219
	116.889	10.882	120.198	11.855
Não Circulante				
Finsocial	11.049	10.672	11.049	10.672
IR Fonte	-	-	136	61
PIS/Pasep	-	-	5.474	2.102
Cofins	-	-	25.213	9.680
	11.049	10.672	41.872	22.515
	127.938	21.554	162.070	34.370

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

PIS/Pasep e Cofins – Inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo

O Supremo Tribunal Federal – STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do Pis/Pasep e da Cofins e deu novo conceito ao faturamento, que passou a abranger todas as receitas auferidas pela pessoa jurídica independentemente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A referida decisão somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

A Companhia possui crédito fiscal potencial de Pis/Pasep, não reconhecido contabilmente no ativo, relativo ao período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, e de Cofins, relativo ao período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, que, atualizados até o final deste trimestre correspondem, respectivamente, a R\$ 20.266 e R\$ 141.958, no total de R\$ 162.224.

Com base no Código Tributário Nacional – CTN, a Companhia ingressou, em junho/2005, com recurso administrativo na Receita Federal do Brasil com o fim de obter o reconhecimento do direito e a restituição dos valores pagos a maior em decorrência da declaração de inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, pelo STF.

Com o indeferimento do citado recurso pela Receita Federal do Brasil, a Companhia ingressou com ações judiciais ordinárias para a recuperação desses créditos de Pis/Pasep e da Cofins tendo obtido julgamento favorável em primeira instância. As ações encontram-se, atualmente, em fase de Recursos Especial e Extraordinário, pendentes de apreciação pelos Tribunais Superiores.

9 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Composição

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2010	31/12/2009
Trabalhistas	101.704	95.769
Cíveis e fiscais	97.718	92.484
	199.422	188.253

Referem-se a valores vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa. Do montante registrado em 30/09/2010, na controladora, R\$ 134.253 estão diretamente relacionados às provisões relativas a processos trabalhistas e cíveis, com risco de perda provável, demonstrados na nota 22.

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10 - CRÉDITOS FISCAIS

• Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido

A Companhia mantém reconhecidos integralmente em seu Ativo Não Circulante/Realizável, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 26 e 32, aprovados pelas Deliberações CVM nos 595 e 599, ambas de 15/09/2009, créditos fiscais, no valor de R\$ 329.453, resultantes de diferenças temporárias conforme distribuição a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
Diferenças temporárias				
. Portaria DNAEE nº 250/1985 - efeito credor em 1994*	83.910	88.010	83.910	88.010
. Provisões para contingências	264.517	251.879	264.517	251.879
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	89.042	81.330	89.042	81.330
. Provisão para perdas – estudos e projetos	42.039	42.039	42.039	42.039
. Programa de Desligamento Voluntário Programado	262.016	274.118	262.016	274.118
. Participação nos Lucros ou Resultados	-	72.145	-	72.145
. Provisão Seguro de Vida – Avaliação Atuarial Deliberação CVM nº 371/2000	81.922	81.921	81.922	81.921
. Adoção das novas práticas - BRGAAP	344.419	256.810	344.419	256.810
. Outras provisões	13.266	15.439	19.766	15.439
	1.181.131	1.163.691	1.187.631	1.163.691
Prejuízo fiscal	-	-	27.140	38.183
Base negativa da contribuição social	-	-	27.140	38.183
Créditos Fiscais				
. Imposto de renda sobre diferenças temporárias	230.703	242.771	232.329	242.771
. Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	-	-	6.785	9.545
. Contribuição social sobre diferenças temporárias (provisões)	98.750	96.811	99.335	96.811
. Contribuição social sobre base negativa	-	-	2.442	3.436
Não Circulante	329.453	339.582	340.891	352.563

* Somente referente ao imposto de renda.

Tais efeitos tributários contemplam a aplicação das seguintes alíquotas: 9% para a Contribuição social sobre o lucro líquido e para o Imposto de renda, 6,25% para os ajustes e reclassificações da adoção dos novos pronunciamentos contábeis - tendo em vista que influirão no cálculo do incentivo fiscal -, e para as demais diferenças temporárias a alíquota de 15% sobre a base de cálculo, com adicional de 10%, em conformidade com a Lei nº 9.430, de 30/12/1996.

Os créditos fiscais relativos a Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, provenientes de diferenças temporárias – efeitos inflacionários registrados no Ativo

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Imobilizado, Portaria DNAEE nº 250/1985, provisões para contingências, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas – estudos e projetos, programa de desligamento voluntário programado, participações nos lucros ou resultados, provisão para seguro de vida e adoções das novas práticas contábeis (*BRGAAP*), serão utilizados de acordo com a realização do Ativo Imobilizado, o desfecho das ações judiciais, o ressarcimento e a arrecadação de consumidores e concessionários, conclusão ou destinação dos estudos e projetos, desligamentos e desistências, pagamentos aos funcionários e pela movimentação dos Benefícios pós-emprego decorrentes da adoção do CPC 33, aprovado pela deliberação CVM nº 600, de 07/10/2009, respectivamente.

• **REGIME TRIBUTÁRIO DE TRANSIÇÃO – RTT**

O RTT, instituído pela Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, do PIS/Pasep e da Cofins, continuam a ser determinadas pelos métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/1976, vigentes até 31 de dezembro de 2007. Desta forma, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas advindas da Lei nº 11.638/2007 e das normas antes mencionadas, foram registrados nestas Informações Trimestrais, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371/2002.

Esse regime terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais das novas práticas contábeis, buscando a neutralidade tributária.

11 - ADOÇÃO DA ICPC 01 E DA OCPC 05 - CONTRATOS DE CONCESSÃO

A ICPC 01 e a OCPC 05 orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração dos direitos e obrigações relacionados aos contratos de concessão desses serviços.

A Companhia possui contratos de concessão nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, firmados com o Poder Concedente - Governo Federal representado pela Aneel -, sendo todos os contratos, por segmento, bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do Poder Concedente.

A tarifação da transmissão é controlada pela Aneel, reajustada anualmente e revisada a cada período de quatro anos, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando tanto os investimentos efetuados pela Companhia como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança dos serviços é feita diretamente aos usuários das linhas de transmissão, pelo faturamento da Receita Anual Permitida – RAP ajustada mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS via avisos de créditos.

A geração de energia elétrica tem sua receita e sistema de arrecadação mediante a definição de preço e a comercialização de energia elétrica se dá por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia elétrica, realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre as energias geradas e vendidas na forma dos contratos descritos, são comercializadas no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia adotou a isenção relativa a aplicação retroativa do ICPC 01, considerando os valores apurados na data de transição.

Os impactos da adoção da ICPC 01 nas demonstrações contábeis da Companhia, individualmente, são apresentados a seguir:

Saldos contábeis sem considerar a adoção dos CPC		
Transmissão	30/09/2010	31/12/2009
Ativo em serviço	7.974.127	7.540.350
(-) Depreciação acumulada	(3.667.303)	(3.521.452)
Ativo líquido	4.306.824	4.018.898
Obrigações vinculadas à Concessão	(28.334)	(25.848)
Ativo em curso	1.209.409	1.361.445
Total	5.487.899	5.354.495

Saldos contábeis considerando a adoção dos CPC					
Transmissão	Saldo 31/12/2009	Movimentação			Saldo 30/09/2010
		Ingressos	Atualização	Amortização	
Ativo financeiro indenizável	3.759.110	133.108	-	-	3.892.218
Ativo financeiro – RAP	1.647.042	141.097	519.888	(641.123)	1.666.904
Total	5.406.152	274.205	519.888	(641.123)	5.559.122

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 - OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
Circulante				
Financiamentos a terceiros	165	61	165	61
Alienações em curso	8.295	5.793	8.295	5.793
Prêmios de seguros	5.420	3.122	9.491	6.414
Gastos reembolsáveis	3.493	2.561	3.493	2.561
Adiantamentos à Eletropar	5.279	2.603	5.279	2.603
FGTS - Conta-Empresa	-	5.279	-	5.279
Serviços prestados a terceiros	4.080	3.021	4.080	3.021
Dispêndios a reembolsar em curso	759	363	759	363
Alienação de ativos – Projeto Biomassa	1.411	2.542	1.411	2.542
Outros	16.961	5.226	17.646	8.255
	45.863	30.571	50.619	36.892
Não Circulante				
Adiantamentos à Eletropar	1.456	1.456	1.456	1.456
FGTS - Conta-Empresa	3.719	3.633	3.719	3.633
Prêmio de seguros	-	-	16.994	15.131
Alienação de ativos – Projeto Biomassa		4.676		4.676
Outros	2.437	1.145	2.446	1.228
	7.612	10.910	24.615	26.124
Total	53.475	41.481	75.234	63.016

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13 - INVESTIMENTOS

	Controladora	
	30/09/2010	31/12/2009
1. Participações societárias		
<u>Coligadas – Equivalência Patrimonial</u>		
• Energética Águas da Pedra S.A.	61.149	61.616
<u>Controladas em conjunto - Equivalência Patrimonial</u>		
• STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	186.457	168.830
• Integração Transmissora de Energia S.A.	30.776	26.046
• Interligação Elétrica do Madeira S.A.	47.192	25.624
• ESBR Participações S.A.	332.618	202.388
• Manaus Transmissora de Energia S.A.	(20.803)	(8.740)
• Manaus Construtora Ltda.	5.473	1.938
• TDG - Transmissão Delmiro Gouveia S.A.	13.041	-
• Norte Energia S.A.	25.080	-
	680.983	477.702
• Outras participações	618	633
	681.601	478.335
2. Outros Investimentos		
• Bens e direitos para uso futuro – Estudos e projetos	2.250	2.250
• Outros	1.089	975
	3.339	3.225
Total	684.940	481.560

Composição:

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Em conformidade com a política do Governo Federal de atrair capitais privados, com o objetivo de incrementar os investimentos no Setor Elétrico, e na forma estabelecida pela Lei nº 10.438/2002, o Consórcio AC Transmissão, formado pela Chesf e pela Cia. Técnica de Engenharia Elétrica - Alusa, atual Alupar Investimentos S.A., participou do Leilão nº 001/2003-ANEEL para a outorga de concessão de linhas de transmissão, vencendo o lote C, correspondente a uma linha de transmissão de 546 km, em 500 kV, no trecho Teresina-PI/Sobral e Fortaleza-CE, com uma proposta de receita anual de R\$ 77,9 milhões.

Neste sentido, foi constituída a empresa STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A., em 27/10/2003, com o objetivo de construir e operar a referida linha de transmissão, cabendo à Alupar 51% e à Chesf 49%, na participação acionária da STN. O empreendimento foi concluído em dezembro/2005 e a operação comercial iniciada em janeiro/2006.

00332-8

CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ainda no âmbito desta parceria, a Chesf mantém com a STN contratos para operação e manutenção da referida linha de transmissão, tendo auferido, até este trimestre, receita pela prestação desses serviços no montante de R\$ 1.380. A Companhia também registrou, no mesmo período, resultado positivo de equivalência patrimonial no montante de R\$ 26.474.

Integração Transmissora de Energia S.A.

A Companhia também possui parceria na atividade de transmissão de energia com a empresa Integração Transmissora de Energia S.A., constituída em 20/12/2005, com participação de 12% do capital, cujo objeto social é a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela linha de transmissão de 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, 3º circuito, entradas de linha e instalações vinculadas, nos termos do Contrato de Concessão nº 002/2006 – ANEEL, firmado com o Poder Concedente, em 27/04/2006, por meio da Aneel, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos. A referida empresa possui capital autorizado de R\$ 150 milhões, em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os demais participantes da sociedade são: Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia – FIP, com 51%, e Eletronorte, com 37%. A sua operação comercial teve início em 30/05/2008. A Companhia registrou, até este trimestre, resultado positivo de equivalência patrimonial no montante de R\$ 4.414.

Energética Águas da Pedra S.A.

Ainda no âmbito dos investimentos a Companhia mantém como coligada na atividade de geração de energia a empresa Energética Águas da Pedra S.A., constituída em 03/04/2007, na qual possui participação de 24,5%, juntamente com a Eletronorte (24,5%) e a Neoenergia S.A. (51,0%). A referida empresa teve origem no Consórcio Aripuanã, ganhador do Leilão nº 004/2006-ANEEL, realizado em 10/10/2006, relativo à contratação de energia proveniente de novos empreendimentos, com posterior outorga de concessão dentro do Ambiente de Contratação Regulada - ACR, para implantação da Usina Hidrelétrica Dardanelos - UHE Dardanelos, com investimento previsto de R\$ 760,8 milhões. A UHE Dardanelos será implantada no Rio Aripuanã, situado no norte do Estado do Mato Grosso, com potência a ser instalada de 261 MW e energia assegurada total de 154,9 MW médios, para suprir o município de Aripuanã e, posteriormente, o Sistema Interligado Nacional - SIN. As primeiras máquinas têm previsão para entrada em operação em 2011, tendo sido comercializados 147 MW médios para o período de 2011 a 2041. O prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos a partir de 03/07/2007, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2007-MME-UHE DARDANELOS. A Companhia registrou, até este trimestre, resultado negativo de equivalência patrimonial no montante de R\$ 467.

Interligação Elétrica do Madeira S.A.

A Companhia também participa da empresa coligada da atividade de transmissão, Interligação Elétrica do Madeira S.A., criada a partir do Leilão ANEEL – 007/2008, da qual possui 24,5% do capital social, juntamente com as empresas Furnas Centrais Elétricas S.A., com 24,5%, e a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, 51%. A referida sociedade, constituída em 18/12/2008, tem por objeto a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, especificamente das LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraquara 2 (SP) número 01, em CC, +/- 600 kV, Estação Retificadora número 02 CA/CC, 500 kV +/- 600 kV – 3.150 MW, Estação Inversora número 02 CC/CA +/- 600 kV/500 kV – 2.950 MW e demais obras complementares, nos termos dos Contratos de Concessão nº 13/2009-ANEEL e nº 15/2009-ANEEL. Até este trimestre, a Companhia realizou

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

aporte de capital na coligada no montante de R\$ 20.482 e registrou resultado positivo de equivalência patrimonial de R\$ 1.085.

ESBR Participações S.A.

A Companhia possui participação de 20% no capital social da empresa ESBR Participações S.A., constituída em 12/02/2009, coligada da atividade de geração, juntamente com as empresas Suez Energy South America Participações Ltda., 50,1%, Eletrosul Centrais Elétricas S.A., 20%, e a Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A., 9,9%. A ESBR Participações S.A. passou a deter a totalidade das ações da empresa Energia Sustentável do Brasil S.A., a partir de maio/2009. A Companhia associou-se às empresas mencionadas para participar do Leilão nº 005/2008-ANEEL, que deu origem à empresa Energia Sustentável do Brasil S.A. com o objetivo de obter a concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Jirau – UHE Jirau -, no Rio Madeira, município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, com potência mínima a ser instalada de 3.300 MW, e entrada em operação prevista para 2013, cujo consórcio foi o vencedor. O cronograma atual prevê, entretanto, o início da operação para o primeiro semestre de 2012. O prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos a partir de 13/08/2008, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2008 – MME-UHE JIRAU. A Companhia realizou, até este trimestre, aporte de capital nesta coligada no montante de R\$ 132.400 e registrou resultado negativo de equivalência patrimonial, líquido de outros resultados abrangentes, no montante de R\$ 2.171.

Manaus Transmissora de Energia S.A.

Empresa criada a partir do Consórcio Amazonas e constituída em 22/04/2008 para a implantação das linhas de transmissão de 500 kV Oriximiná (PA) – Itacoatiara (AM), com extensão aproximada de 374 km, e Itacoatiara (AM) – Cariri (AM), com 212 km de extensão aproximada; construção da subestação Itacoatiara em 500/138 kV (150 MVA) e da subestação Cariri em 500/230 kV (1.800 MVA), conforme Contrato de Concessão nº 010/2008 – ANEEL, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, a partir de 16/10/2008, data da assinatura do contrato. A Companhia possui participação de 19,5% no capital social da referida empresa, juntamente com as empresas Abengoa Holding, da Espanha, com 50,5%, e a Eletronorte, com 30%. O investimento total orçado é de R\$ 1.114 milhões, com início de operação previsto para outubro/2011. A Companhia registrou, até este trimestre, resultado negativo de equivalência patrimonial no montante de R\$ 12.063.

Manaus Construtora Ltda.

Em 06 de abril de 2009, foi constituída a empresa Manaus Construtora Ltda., da qual a Companhia é sócia com 19,5%, em conjunto com a Abengoa Holding, com 50,5%, e a Eletronorte, com 30%. Essa empresa tem como objetivo a construção, montagem e fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos para a linha de transmissão 500 kV Oriximiná/Cariri CD, a subestação Itacoatiara de 500/138 kV e a Subestação Cariri de 500/230 kV, entradas de linha e instalações vinculadas, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle e telecomunicação, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. A Companhia registrou, até este trimestre, resultado positivo de equivalência patrimonial no montante de R\$ 5.473.

TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.

A Companhia participou do Consórcio Nordeste de Transmissão de Energia, vencedor do Lote C do Leilão nº 005/2009, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 27 de novembro de 2009, objetivando a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente da Linha de Transmissão São Luiz II – São Luiz III, em 230 kV, localizada no estado do Maranhão, das subestações Pecém II, em 500 kV, e Aquiraz II, em 230 kV, localizadas no estado do Ceará. A partir desse consórcio, em 12 de janeiro de 2010, foi constituída a empresa TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A., com sede na cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, na qual a Chesf participa com 49% e a ATP Engenharia Ltda. com 51%. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 anos, cuja homologação e adjudicação ocorreram em 19/01/2010, com investimento previsto em R\$ 240 milhões. Neste trimestre, a Companhia realizou aporte de capital na coligada no montante de R\$ 13.279 e registrou resultado negativo de equivalência patrimonial no montante de R\$ 238.

Norte Energia S.A.

A Companhia é participante do Consórcio Norte Energia, vencedor do Leilão nº 006/2009-ANEEL, cujo objeto é a concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, da qual a Chesf participa com 15%, juntamente com a Eletrobras, 15%; Eletronorte, 19,98%; Construtora Queiroz Galvão S.A., 2,51%; Contern Construções e Comércio Ltda., 1,25%; Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, 10%; Cetenco Engenharia S.A., 1,25%; Galvão Engenharia S.A., 1,25%; J. Malucelli Construtora de Obras S.A., 1,00%; Mendes Junior Trading Engenharia S.A., 1,25%; Serveng-Civisan S.A., 1,25%; J. Malucelli Energia S.A., 0,25%; e Gaia Energia e Participações S.A., 9,00%; Caixa FI Cevix, 5%; Sinobras - Siderúrgica Norte Brasil S.A, 1%; Fundação dos Economistas Federais - Funcef, 2,5%, Bolzano Participações S.A., 10%; Construtora OAS, 2,51%. A UHE Belo Monte será instalada no Rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, no Pará. A capacidade mínima a ser instalada é de 11.233,1 MW, garantia física de 4.571 MW médios e reservatório com área de 516 quilômetros quadrados (Km²), com prazo de concessão de 35 (trinta e cinco) anos. Neste trimestre, a Companhia realizou aporte de capital na coligada no montante de R\$ 27.000 e registrou resultado negativo de equivalência patrimonial de R\$ 1.920.

Consórcios Pedra Branca, São Pedro do Lago e Sete Gameleiras

A Companhia é participante dos consórcios Pedra Branca, São Pedro do Lago e Sete Gameleiras, vencedores do Leilão ANEEL nº 007/2010, cujo objeto é a contratação no ambiente regulado de energia de fontes alternativas de geração, na modalidade por disponibilidade de energia, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2013 e prazo de duração de vinte anos, proveniente de três parques eólicos localizados na região nordeste – EOL Pedra Branca, EOL São Pedro do Lago e EOL Sete Gameleiras -, formados pela Chesf, com participação de 49%, e Brennd Energia, com 51%, e capacidade para gerar 28,8 MW, cada.

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Equivalência Patrimonial

Coligadas e controladas em conjunto	Participação (%)	Investimento	Patrimônio Líquido	Resultado até 30/09/2010	Resultado da Equivalência	Outros Resultados Abrangentes
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,0	186.457	380.527	54.035	26.474	-
Integração Transmissora de Energia S.A.	12,0	30.776	256.463	73.358	4.414	-
Energética Águas da Pedra S.A.	24,5	61.149	249.586	(1.172)	(467)	-
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5	47.192	192.620	4.428	1.085	-
ESBR Participações S.A.	20,0	332.618	1.663.090	(11.082)	(2.216)	45
Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,5	(20.803)	(106.682)	(61.864)	(12.063)	-
Manaus Construtora Ltda.	19,5	5.473	28.066	28.065	5.473	-
TDG - Transmissão Delmiro Gouveia S.A.	49,0	13.041	26.615	(486)	(238)	-
Norte Energia S.A.	15,0	25.080	167.198	(212)	(1.920)	-

Demonstração da Movimentação dos Investimentos

Coligadas e controladas em conjunto	31/12/2009	Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos	30/09/2010
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	168.830	-	26.474	-	(8.847)	186.457
Integração Transmissora de Energia S.A.	26.046	-	4.414	-	316	30.776
Energética Águas da Pedra S.A.	61.616	-	(467)	-	-	61.149
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	25.624	20.483	1.085	-	-	47.192
ESBR Participações S.A.	202.388	132.401	(2.216)	45	-	332.618
Manaus Transmissora de Energia S.A.	(8.740)	-	(12.063)	-	-	(20.803)
Manaus Construtora Ltda.	1.938	-	5.473	-	(1.938)	5.473
TDG - Transmissão Delmiro Gouveia S.A.	-	13.279	(238)	-	-	13.041
Norte Energia S.A.	-	27.000	(1.920)	-	-	25.080
TOTAL	477.702	193.163	20.542	45	(10.469)	680.983

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Resumo das Demonstrações Contábeis das empresas controladas em conjunto e coligadas e controladas

BALANÇO PATRIMONIAL

Empresas	30/09/2010							
	Ativo				Passivo			
	Circulante	Não Circulante		Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total
		Outros	Imobilizado Intangível e Investimento					
STN	147.808	518.577	3.646	670.031	28.805	260.699	380.527	670.031
Integração Transm. de Energia	15.436	601.859	-	617.295	44.081	316.751	256.463	617.295
Energética Águas da Pedra	40.582	-	732.729	773.311	32.644	491.081	249.586	773.311
Interligação Elétrica do Madeira	160.048	221.347	253	381.648	165.605	23.423	192.620	381.648
ESBR Participações	649.187	305.581	4.528.230	5.482.998	281.212	3.538.696	1.663.090	5.482.998
Manaus Transmissora	109.997	579.140	-	689.137	769.414	26.405	(106.682)	689.137
Manaus Construtora	30.617	40	-	30.657	2.591	-	28.066	30.657
TDG- Transmissora Delmiro Gouveia	7.434	19.265	104	26.803	188	-	26.615	26.803
Norte Energia S.A.	141.838	27.743	159.502	329.083	161.885	-	167.198	329.083
TOTAL	1.139.703	1.153.16	5.420.818	7.713.637	1.413.539	4.079.605	2.220.493	7.713.637

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Empresas	30/09/2010							
	Receita Operacional Líquida	Despesa Operacional	Resultado do Serviço	Outros Resultados	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I.Renda e Cont.Social	Resultado do Exercício
STN	94.453	(17.462)	76.991	16	(13.368)	63.639	(9.604)	54.035
Integração Transm. de Energia	54.005	(21.787)	32.218	19	44.058	76.295	(2.937)	73.358
Energética Águas da Pedra	-	(1.087)	(1.087)	-	(85)	(1.172)	-	(1.172)
Interligação Elétrica do Madeira	109.173	(103.009)	6.164	546	-	6.710	(2.282)	4.428
ESBR Participações	-	(23.841)	(23.841)	-	1.825	(22.016)	10.934	(11.082)
Manaus Transmissora	380.061	(370.086)	9.975	-	(70.729)	(60.754)	(1.110)	(61.864)
Manaus Construtora	40.912	(8.604)	32.308	-	580	32.888	(4.823)	28.065
TDG-Transmissora Delmiro Gouveia	-	(486)	(486)	-	-	(486)	-	(486)
Norte Energia S.A.	-	(1.609)	(1.609)	-	1.289	(320)	108	(212)
TOTAL	678.604	(547.971)	130.633	581	(36.430)	94.784	(9.714)	85.070

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14 - IMOBILIZADO

a) Composição

Controladora					
Taxas médias anuais de depreciação (%)	30/09/2010				31/12/2009
	Custo	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração 2,37%	17.679.186	(7.545.195)	(95.384)	10.038.607	10.060.352
Administração 7,51%	1.147.940	(582.922)	(36.296)	528.722	471.938
	18.827.126	(8.128.117)	(131.680)	10.567.329	10.532.290
Em curso					
Geração	291.058	-	-	291.058	282.073
Administração	96.163	-	-	96.163	156.740
	387.221	-	-	387.221	438.813
	19.214.347	(8.128.117)	(131.680)	10.954.550	10.971.103

Consolidado					
Taxas médias anuais de depreciação (%)	30/09/2010				31/12/2009
	Custo	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração 2,37%	17.679.186	(7.545.195)	(95.384)	10.038.607	10.060.352
Administração 7,51%	1.148.168	(582.935)	(36.296)	528.937	472.069
	18.827.354	(8.128.130)	(131.680)	10.567.544	10.532.421
Em curso					
Geração	1.203.216	-	-	1.203.216	706.683
Administração	96.214	-	-	96.214	156.741
	1.299.430	-	-	1.299.430	863.424
	20.126.784	(8.128.130)	(131.680)	11.866.974	11.395.845

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A administração da Companhia avaliou, em 31 de dezembro de 2009, e o fará anualmente, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – redução ao valor recuperável de ativos.

No processo de avaliação são identificadas as circunstâncias que possam exigir a aplicação de testes de recuperabilidade dos ativos a fim de ser determinado o montante de eventuais perdas, tomando como unidade geradora de caixa o conjunto de seus ativos por segmento (geração e transmissão), dada as características operacionais de gestão e operação da Companhia.

A administração da Companhia, amparada em opinião de consultor jurídico independente, considerou a reversão do ativo líquido residual ao final da concessão do serviço público de energia elétrica, tomando por base o valor contábil. Considerou, também, a depreciação levando em consideração o tempo de vida útil do bem e não o prazo da concessão.

A Companhia, apesar de não apresentar indicativo de *impairment*, realizou o teste de recuperabilidade de seus ativos em serviço em 31/12/2009, por meio de fluxos de caixa descontados, e não identificou nenhuma redução do valor recuperável desses ativos.

Os custos de empréstimos e financiamentos atribuídos à aquisição, construção ou produção, estão incluídos no custo do imobilizado em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições da Deliberação CVM nº 577, de 05/06/2009, que aprovou o CPC 20 – Custos de Empréstimos.

b) Movimentação do Imobilizado

Descrição	Controladora					30/09/2010
	31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências	Transf. serviço	
Em serviço	18.491.197	344.951	(9.156)	125	-	18.827.117
Depreciação	(7.828.889)	(305.946)	6.947	(229)	-	(8.128.116)
Subtotal	10.662.308	39.005	(2.209)	(104)	-	10.699.001
Em curso	438.813	293.359	-	-	(344.951)	387.221
Total	11.101.121	332.364	(2.209)	(104)	(344.951)	11.086.222
Obrigações vinculadas à Concessão	(130.018)	(1.654)	-	-	-	(131.672)
Total do Imobilizado	10.971.103	330.710	(2.209)	(104)	(344.951)	10.954.550

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Consolidado					30/09/2010
	31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências	Transf. serviço	
Em serviço	18.491.333	345.042	(9.156)	125	-	18.827.345
Depreciação	(7.828.894)	(306.432)	6.947	250	-	(8.128.129)
Subtotal	10.662.439	38.610	(2.209)	375	-	10.699.216
Em curso	863.424	780.962	-	(4)	(344.951)	1.299.430
Total	11.525.863	819.572	(2.209)	371	(344.951)	11.998.646
Obrigações vinculadas à Concessão	(130.018)	(1.654)	-	-	-	(131.672)
Total do Imobilizado	11.395.845	817.918	(2.209)	371	(344.951)	11.866.974

c) Taxas anuais de depreciação

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação com aplicação das taxas estabelecidas pela Resolução ANEEL nº 367, de 02/06/2009, que incorporou a tabela de taxas anuais de depreciação ao Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCSPE.

As principais taxas anuais de depreciação, por atividade, são as seguintes:

<u>Geração</u>	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>
Comporta	3,3
Reservatório	2,0
Casa de força	2,0
Gerador	3,3
Painel – Comando e Medição	3,0
Turbina hidráulica	2,5
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3
Turbina a gás	5,0
<u>Administração central</u>	
Equipamentos gerais	10,0
Veículos	20,0

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Obrigações vinculadas à Concessão

A partir de 01 de janeiro de 1996 essas obrigações deixaram de ser atualizadas pelos efeitos da inflação, atendendo disposições legais.

Composição:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2010	31/12/2009
Reversões e Amortizações	(820)	-
Participações da União	92.557	92.557
Doações e subvenções para investimentos	36.855	36.855
Outras – Pesquisa de Desenvolvimento	606	606
	129.198	130.018

As participações da União referem-se a recursos recebidos do Governo Federal e aplicados em obras de geração e transmissão de energia elétrica.

Em virtude de sua natureza, as contas registradas neste grupamento estão sendo apresentadas como redutoras do Imobilizado, pois não representam obrigações financeiras efetivas, não devendo, desta forma, ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto Federal nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização, são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados a alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na Concessão. A Companhia não identifica, em suas operações, bens de valores relevantes considerados inservíveis.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15 - INTANGÍVEL

- Intangível segregado por natureza e atividade

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Controladora			
		30/09/2010			31/12/2009
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração	20,00%	500	(276)	224	208
Administração	20,00%	48.573	(22.854)	25.719	21.959
		49.073	(23.130)	25.943	22.167
Em curso					
Geração		20	-	20	39
Administração		2.497	-	2.497	9.348
		2.517	-	2.517	9.387
		51.590	(23.130)	28.460	31.554

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Consolidado			
		30/09/2010			31/12/2009
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração	20,00%	500	(276)	224	208
Administração	19,73%	49.240	(22.869)	26.371	22.579
		49.740	(23.145)	26.595	22.787
Em curso					
Geração		17.299	-	17.299	15.825
Administração		3.613	-	3.613	10.397
		20.912	-	20.912	26.222
		70.652	(23.145)	47.507	49.009

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

• Movimentação do Intangível

Controladora				
Descrição	31/12/2009	Adições	Transf. serviço	30/09/2010
Em serviço	38.795	10.278	-	49.073
Amortização	(16.627)	(6.503)	-	(23.130)
Subtotal	22.168	3.775	-	25.943
Em curso	9.386	3.410	(10.279)	2.517
Total do Intangível	31.554	7.185	(10.279)	28.460

Consolidado				
Descrição	31/12/2009	Adições	Transf. Serviço	30/09/2010
Em serviço	39.421	10.320	-	49.740
Amortização	(16.634)	(6.509)	-	(23.145)
Subtotal	22.787	3.811	-	26.595
Em curso	26.222	4.966	(10.279)	20.912
Total do Intangível	49.009	8.777	(10.279)	47.507

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

A Companhia apresenta nos Passivos Circulante e Não Circulante tributos e contribuições a pagar assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
Circulante				
IRPJ	104.828	114.486	108.255	117.328
CSLL	144.000	33.563	146.734	35.592
Cofins	37.799	28.429	37.992	28.603
ICMS	9.451	10.190	10.216	10.987
INSS	14.293	18.190	14.696	18.702
PIS/Pasep	8.204	6.171	8.246	6.202
IRRF	10.837	24.190	11.027	25.384
FGTS	3.021	5.643	3.051	5.666
Outros	7.154	8.160	8.167	8.922
	339.587	249.022	348.384	257.386
Não Circulante				
IRPJ	-	-	3.786	6.421
CSLL	-	-	1.363	2.312
Cofins	-	-	-	2.277
ICMS	-	-	-	298
ICMS diferido	9.453	21.053	9.453	21.053
Outros	-	-	-	29
	9.453	21.053	14.602	32.390
Total	349.040	270.075	362.986	289.776

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17 - DÉBITOS FISCAIS

• Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido

A Companhia mantém reconhecidos integralmente em seu Passivo Não Circulante, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 26 e 32, aprovados pelas Deliberações CVM nºs 595 e 599, ambas de 15/09/2009, débitos fiscais, no valor de R\$ 29.941, resultantes de diferenças temporárias conforme distribuição a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
Diferenças temporárias				
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	27.036	1.408	27.036	1.408
Ajustes iniciais decorrentes do CPC 33	81.563	-	81.563	85.611
Ajustes iniciais decorrentes do ICPC 01	87.733	57.265	136.460	-
	196.332	58.673	245.059	87.019
Débitos Fiscais				
Imposto de renda sobre diferenças temporárias	12.270	3.667	24.452	10.754
Contribuição social sobre diferenças temporárias	17.671	5.281	22.056	7.832
Não Circulante	29.941	8.948	46.508	18.586

Tais efeitos tributários contemplam a aplicação das alíquotas de 9%, para a Contribuição social, e 6,25% para o Imposto de renda dos ajustes e reclassificações da adoção dos novos pronunciamentos contábeis, tendo em vista que influirão no cálculo do incentivo fiscal.

Os débitos fiscais relativos ao Imposto de renda da pessoa jurídica e à Contribuição social sobre o lucro líquido, provenientes de diferenças temporárias – Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios, ajustes iniciais decorrentes do CPC 33 e da ICPC 01 - registrados integralmente no Passivo Não Circulante, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 26, serão realizados de acordo com a liquidação dos ativos e passivos regulatórios, pela movimentação dos benefícios pós-emprego decorrentes da adoção do CPC 33 e pela movimentação dos ativos financeiros decorrentes da adoção da ICPC 01, respectivamente.

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos são as seguintes:

a) Composição:

	Controladora				31/12/2009
	30/09/2010			Total	
	Circulante		Não Circulante		
Principal	Encargos	Principal	Total	Total	
Eletrobras	47.306	-	131.784	179.090	254.359
Banco do Brasil	-	2.874	249.966	252.840	255.791
Banco do Nordeste	6.806	35	272.867	279.708	153.296
Total	54.112	2.909	654.617	711.638	663.446

b) Do total dos empréstimos obtidos da nossa Controladora, a Eletrobras, não foram solicitadas garantias para o montante de R\$ 28.627. Entretanto, a seu critério, poderão ser exigidas, ficando a Companhia obrigada a oferecê-las sob pena de vencimento antecipado da dívida. Para o montante de R\$ 148.351 a Companhia vinculou a sua receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos, à satisfação da Eletrobras, formalizada na assinatura dos contratos. E para o montante de R\$ 2.112 a Companhia ofereceu Seguro Garantia no valor correspondente a 125% do saldo devedor, previsto para o exercício, renovado anualmente, cujo recebimento pela Eletrobras fica condicionado aos efeitos de cada contrato, nas condições e até o limite de valor especificado na Apólice de Seguro.

O empréstimo com o Banco do Brasil está garantido por meio de compensação e cessão de créditos, caso venham a ser exigidas pelo credor.

Os empréstimos junto ao Banco do Nordeste estão garantidos por recebíveis representados por duplicatas registradas em cobrança no montante equivalente de 03 a 06 prestações de amortização do financiamento, mais um fundo de liquidez em conta reserva, a título de garantia complementar, equivalente a 03 prestações de amortização.

Os financiamentos provenientes da Eletrobras têm como principal fonte os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, e como principais destinações as obras das Usinas Hidrelétricas Itaparica e Xingó e os seus sistemas de transmissão associados. Em 2009, diversos desses financiamentos, no montante de R\$ 2.723.654, foram convertidos em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, capitalizados, em conjunto com o saldo anterior existente de R\$ 294.396, em 05/10/2010, conforme deliberação da 158ª Assembléia Geral Extraordinária – AGE.

c) O principal indexador utilizado na atualização dos empréstimos, o IPCA, teve uma variação, no trimestre, de 0,50% (3,60% no acumulado do ano), contra 0,63% no mesmo período do ano anterior (3,22% no acumulado).

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Composição dos empréstimos e financiamentos por indexador:

Indexador	30/09/2010		31/12/2009	
	R\$	%	R\$	%
Sem atualização (1)	178.213	25,04	246.600	37,20
Sem atualização (2)	279.708	39,31	153.296	23,10
Sem atualização (3)	252.840	35,53	255.791	38,50
IPCA (4)	877	0,12	7.759	1,20
Total	711.638	100,00	663.446	100,00

(1) Do total contratado com a Eletrobras, R\$ 178.213 são provenientes de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, arrecadados do Setor Elétrico para reinvestimento nele próprio. Deste total, R\$ 28.627 (16,06%) estão contratados com juros de 10% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., R\$ 147.474 (82,75%) e R\$ 2.112 (1,19%), com juros de 5% a.a. e taxas de administração de 2% a.a. e 1,5% a.a., respectivamente. Estes financiamentos não têm previsão de atualização monetária por estarem vinculados à mesma sistemática de correção dos ativos permanentes, suspensa por força de lei.

(2) Contratos com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com juros de 10% a.a., com bônus de 2,5% por pontualidade.

(3) Contrato com o Banco do Brasil S.A., com taxa de juros de 105,7% da taxa média do CDI.

(4) Contrato com a Eletrobras, com taxa de juros de 7,2% a.a..

e) O valor principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, no montante de R\$ 654.617 (R\$ 543.169, em 31/12/2009), tem seus vencimentos assim programados:

	30/09/2010	31/12/2009
2011	12.469	39.631
2012	300.108	283.915
2013	50.161	33.949
2014	50.161	33.949
2015	50.091	33.886
2016	49.976	33.844
Após 2016	141.651	83.995
Total	654.617	543.169

f) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos às seguintes taxas de juros:

	Mercado Interno (% a.a.)
Taxas Fixas	
30/09/2010	5,00 a 10,00
30/09/2009	5,00 a 10,00
Taxas Variáveis	
30/09/2010	11,25
30/09/2009	9,09

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

g) Composição consolidada dos saldos de empréstimos e financiamentos:

	30/09/2010			31/12/2009
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Chesf	57.021	654.617	711.638	663.446
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	5.154	115.535	120.689	123.960
Integração Transmissora de Energia S.A.	3.941	35.760	39.701	41.725
ESBR Participações S.A.		686.167	686.167	361.130
Manaus Transmissora de Energia S.A.	96.816	-	96.816	87.570
Manaus Construtora S.A.	-	-	-	129
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	40.226	-	40.226	3
Norte Energia S.A.	19.200	-	19.200	-
Total	222.358	1.492.079	1.714.437	1.277.963

Destaca-se entre os empréstimos e financiamentos componentes das demonstrações consolidadas, a linha de crédito obtida por intermédio da subsidiária da controlada em conjunto ESBR Participações S.A, a empresa Energia Sustentável do Brasil S.A., no valor total de R\$ 3.430.836, cuja participação da Companhia de 20% corresponde a R\$ 686.167. Tais empréstimos e financiamentos possuem o seguinte detalhamento:

Objeto	Moeda	Encargos	Vencimento	30/09/2010	31/12/2009
BNDES	R\$	TJLP+2,08%	Ago/2032	1.730.870	926.309
Banco do Brasil	R\$	TJLP+2,65%	Ago/2032	483.661	257.851
Caixa Econômica Federal	R\$	TJLP+2,65%	Ago/2032	483.661	257.851
Bradesco BBI	R\$	TJLP+2,65%	Ago/2032	348.242	185.655
Itaú BBA	R\$	TJLP+2,65%	Ago/2032	326.464	174.045
Banco do Nordeste do Brasil	R\$	TJLP+2,65%	Ago/2032	91.898	48.999
				3.464.796	1.850.710
Custos de captação				(33.960)	(45.059)
Não Circulante				3.430.836	1.805.651

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19 – OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2010	31/12/2009	30/09/2010	31/12/2009
Circulante				
Taxa de fiscalização da Aneel	959	2.536	959	2.536
Benefícios pós-emprego - contrib. normal	3.314	10.617	3.314	10.617
Aquisição de imóveis – acampamento	1.493	1.506	1.493	1.506
Convênio MME	5.999	3.524	5.999	3.524
Convênio Codevasf	-	2.614	-	2.614
Cauções em garantia	2.300	1.725	2.300	1.725
Acordo Chesf/Senai	1.103	873	1.103	873
Entidade seguradora	209	-	209	3.273
Outros credores – Energia Livre	-	974	-	974
Outros	3.865	856	22.039	3.522
	19.242	25.225	37.416	31.164
Não Circulante				
FGTS / Conta-Empresa	3.717	3.633	3.716	3.632
Eletropar	1.456	1.456	1.456	1.456
Doações e subvenções	-	-	2.250	7.310
Seguros	-	-	4.120	-
Outros	-	2.612	668	12.040
	5.173	7.701	12.210	24.438
Total	24.415	32.926	49.626	55.602

20 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia é patrocinadora da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pela Previdência Oficial.

O regime atuarial da Fachesf é o de capitalização e o Plano originalmente constituído é do tipo Benefício Definido (Plano BD). Em 29/06/2001, foram implantados os Planos de Contribuição Definida (Plano CD) e de Benefício Saldado (Plano BS), tendo a migração de participantes do Plano BD para os novos Planos, encerrada em 19/11/2001, atingindo o percentual de 97,1%.

A Companhia adota os procedimentos recomendados pelo Pronunciamento Técnico CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM nº 600/2009, procedendo à avaliação atuarial dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotados nessa avaliação podem diferir daqueles adotados pela administração do programa, os quais seguem legislações específicas, impedindo, assim, as comparações simples de resultados.

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em conformidade com as práticas contábeis previstas na Deliberação CVM nº 600/2009, a Companhia optou por aplicar a isenção de benefícios a empregados do objeto da *IFRS 1* e mudar a política contábil de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais os quais eram reconhecidos pelo método do “corredor” passando a ser reconhecidos no período em que ocorrerem em outros resultados abrangentes conforme orientações do CPC 33 e *IAS 19*.

• Características Básicas

A Fachesf administra, em favor dos empregados da Chesf, 03 (três) Planos de Aposentadoria: o Plano de Benefícios, o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida e o Plano Saldado de Benefícios.

O Plano de Benefícios, do tipo benefício definido, garante aos participantes um benefício de 100% da média dos últimos salários.

O Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida é um plano onde o participante escolhe o seu nível de contribuição e a patrocinadora contribui com um percentual variável da contribuição escolhida pelo participante. A acumulação desses recursos é que irá determinar o valor do benefício do participante, no futuro. A Chesf se responsabiliza ainda pelos custos dos benefícios de risco e da administração do plano. Este é o único Plano aberto a novas inscrições.

Os participantes que optaram por se transferir do Plano de Benefícios para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida tiveram a opção de manter no Plano Saldado de Benefícios o valor proporcional que haviam acumulado no plano de origem ou transferir o valor presente de tal benefício para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida.

Composição do passivo atuarial

A seguir, encontra-se a composição do passivo atuarial, na data-base de 30/09/2010.

Descrição	30/09/2010	31/12/2009
Planos previdenciários contratados	221.717	371.800
Seguro de vida	87.969	81.922
TOTAL	309.686	453.722

Os contratos assinados entre as partes prevêm cláusula de ajuste anual relacionada ao valor da dívida em consonância com os valores determinados por meio de cálculos atuariais, mediante aditamentos contratuais.

A avaliação atuarial é intrinsecamente incerta e, portanto, está sujeita a alterações quando da revisão atuarial realizada anualmente.

Outros Benefícios Pós-emprego

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e de inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e de

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia.

Com base nas características apresentadas, a Companhia registra em seu passivo não circulante a avaliação atuarial para cobertura dos segurados inativos, considerando o total da apólice vigente, segregada entre as partes.

Em decorrência das novas práticas contábeis, a Companhia decidiu fazer os ajustes necessários para o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais apurados, relativo ao benefício de seguro de vida, no período em que ocorrerem em outros resultados abrangentes conforme orientações do CPC 33 e IAS 19.

Outros Benefícios aos Empregados

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, seguro de vida, auxílio refeição, auxílio transporte e auxílio educação, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No trimestre, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 41.565 (R\$ 86.637, no acumulado).

21 – PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO PROGRAMADO – PDVP

A Companhia aprovou em 2009, um programa de desligamento de empregados que se encontram em condições de aposentadoria e que voluntariamente desejaram aderir, denominado “Plano de Desligamento Voluntário Programado – PDVP”, com prazo de desligamento até 28/02/2011, tendo sido registradas 1.806 adesões, com 13 desligamentos neste trimestre (138 no acumulado).

As despesas com o PDVP incluem incentivos financeiros, multa do FGTS, aviso prévio, a manutenção do Plano de Assistência Patronal – PAP, pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data do desligamento, entre outros.

Para fazer face a tais gastos a Companhia tem registrado em seu passivo circulante o valor de R\$ 262.016.

22 – RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

	Controladora			Provisão em 30/09/2010
	Provisão em 31/12/2009	Adições (reversões)	Baixas	
Trabalhistas	83.997	64.970	(52.681)	96.286
Cíveis	505.091	126.013	(17.468)	613.636
Fiscais	10.278	353	-	10.631
Total	599.366	191.336	(70.149)	720.553

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Chesf e suas Coligadas são partes em processo judiciais, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e trabalhistas.

A Chesf, em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil e ao disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, instituído pela Resolução Normativa ANEEL nº 370, de 30/06/2009, alterada pela Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010, adota o procedimento de classificar as causas intentadas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- São constituídas provisões para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **provável**;
- São divulgadas em notas explicativas as informações correspondentes às causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **possível**;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **remoto**, somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

As contingências da área Trabalhista são compostas, na sua maioria, de ações relativas a periculosidade, horas extras, de contribuições à Fachesf, em regime de solidariedade, e de verbas rescisórias decorrentes de inadimplências de empresas terceirizadas.

As Cíveis de maior peso são reclamações de caráter indenizatório, desapropriações e de recomposição financeira de contratos.

Na área Tributária há questões envolvendo, basicamente, ações anulatórias de autos de infração; pleitos de ressarcimento de créditos (PIS/Pasep-Cofins) e outros tributos singulares.

Todas essas contingências estão tendo as devidas defesas pela Companhia, tendo sido constituídos os pertinentes depósitos judiciais, quando requeridos.

D) Destacam-se as seguintes ações com **risco de perda provável**:

1.1) Controladora

1.1.1) A Companhia é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350 milhões, em dobro.

A ação foi ajuizada perante a Justiça Federal, mas decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região determinou a sua tramitação perante a Justiça Estadual de Pernambuco. A ação ajuizada pela Companhia foi julgada improcedente. A reconvenção apresentada pelas rés foi julgada procedente pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca do Recife, e a decisão foi mantida pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco

A Chesf e a União Federal, assistente da Chesf neste processo, apresentaram recursos, especiais e extraordinários, discutindo a decisão no feito principal, e decisões proferidas nesse processo, que podem resultar em anulação do processo. O Superior Tribunal de Justiça, em agosto de

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2010, deu provimento a um desses recursos especiais, apresentado pela Chesf, reduzindo o valor da causa, o que implica em substancial redução nos honorários a serem eventualmente pagos na ação principal. O mesmo STJ negou provimento aos demais recursos especiais apresentados pela Chesf e União Federal, mantendo, portanto, a decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que julgou improcedente a ação declaratória movida pela Chesf, e julgou procedente a reconvenção apresentada pelas rés. Nesse julgamento, o STJ reduziu, substancialmente, a condenação em honorários. As partes ainda não foram intimadas dessas decisões, contra as quais ainda há possibilidade de apresentação de recursos.

Em novembro/1998, as rés apresentaram pedido de execução provisória da decisão, no valor de R\$ 245 milhões, estando o processo suspenso por determinação do Ministro Presidente do STJ (PET 1621). Essa liminar foi objeto de Agravo Regimental por parte do Consórcio, o qual foi julgado em 24/06/2002, mantendo-se por unanimidade a liminar antes concedida pelo Presidente do STJ, ficando, desta forma, afastada a possibilidade de execução das quantias resultantes do processo, antes do trânsito em julgado da decisão final.

Posteriormente as rés apresentaram perante o Juízo da 12ª Vara Cível do Recife, processo de liquidação da decisão, com a finalidade de apurar o valor atual da condenação, na hipótese de serem negados todos os recursos da Chesf e da União Federal.

Nos autos dessa ação de liquidação, o Juiz da 12ª Vara Cível reconheceu que a competência para apreciar a demanda é da Justiça Federal, considerando a presença da União como parte interessada no feito. Inconformado com essa decisão, o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento, tendo o Tribunal de Justiça de Pernambuco alterado essa decisão, e determinado que a competência para julgamento do processo de liquidação é da Justiça Comum Estadual. Contra essa decisão do TJPE, foram interpostos recursos especial e extraordinário, pela Chesf pela União Federal, que aguardam julgamento.

Posteriormente, o Juiz Substituto na 12ª Vara Cível da Comarca do Recife proferiu sentença julgando o processo de liquidação e fixando o valor da condenação em R\$ 842.468.897,00, havendo a Chesf interposto, contra essa decisão, os cabíveis embargos de declaração, considerando que a sentença deixou de se manifestar sobre diversas impugnações apresentadas pela Chesf em torno do laudo pericial oferecido pelo perito do juízo.

Julgando esses embargos de declaração, o Juiz da 12ª Vara Cível extinguiu o processo de liquidação, por considerar que a matéria ainda se encontrava sub judice no STJ; contra essa decisão, o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento para o Tribunal de Justiça de Pernambuco; onde aguarda julgamento.

A Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos e baseada em cálculos que levaram em conta a suspensão do pagamento das parcelas relativas ao Fator K e suas respectivas atualizações monetárias, mantém registro de provisão, no Passivo Não Circulante, cujo montante atualizado para 30/09/2010 é de R\$ 409.450, para fazer face a eventuais perdas decorrentes deste assunto. Esta provisão corresponde à glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996, por entendimento da Companhia.

Inexiste previsão de tempo para o desfecho da lide.

- 1.1.2)** Ação em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho do Estado da Bahia, proposta pelo Sindicato dos Eletricitários da Bahia, requerendo o pagamento aos empregados da Gerência Regional de Paulo Afonso – GRP, Paulo Afonso – BA, de diferença de salário consequente da incidência

00332-8

CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

do Adicional do Decreto-Lei nº 1971 – ADL e do Anuênio sobre o Adicional de Periculosidade, no valor estimado de R\$ 7,5 milhões. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento em Recurso de Revista ao Tribunal Superior do Trabalho – TST, que foi improvido. O processo transitou em julgado, sendo a Chesf condenada. Foi iniciada a fase de execução, tendo sido pagos R\$ 3,7 milhões a uma significativa parte dos empregados, restando uma expectativa de pagamento de R\$ 3,8 milhões. Em 31/03/2009 foi iniciada a execução, cujo crédito foi parcialmente embargado. Em 30/09/2009, o processo estava com o calculista da Vara para posterior julgamento dos embargos à execução visando ao ajuste do débito. Em 31/12/2009 os Embargos à Execução foram julgados improcedentes, tendo a Chesf interposto Agravo de Petição ao TRT da 5ª Região. Em 30/09/2010 a posição permanecia inalterada. A companhia possui em seu passivo não circulante, registro de provisão para eventuais perdas no valor de R\$ 13.347.

- 1.1.3)** Ação proposta na 8ª Vara Trabalhista de Fortaleza – CE, pelo Sindicato dos Eletricitários do Estado do Ceará – Sіндеletro, pretende o ressarcimento de perdas sofridas pelos empregados da Gerência Regional Norte – GRN (Ceará e Rio Grande do Norte), decorrente da retirada do transporte coletivo, com valor estimado de R\$ 6,0 milhões. O requerimento de restabelecimento do serviço de transporte foi deferido em execução parcial, que a Companhia vem atendendo. O Sindicato Autor requereu a complementação do transporte e a condenação da Companhia em multa diária, tendo a Chesf contestado a alegação. A Juíza do Trabalho, após audiência realizada em 23/08/2005 para a ouvida dos substituídos e apresentação de razões finais pela Chesf, em audiência, modificou o entendimento anterior, determinando o restabelecimento dos serviços de transporte apenas nos limites em que eram prestados anteriormente. Ainda na mesma decisão foram definidos os parâmetros para a liquidação da sentença, de forma que o crédito trabalhista fosse reduzido para R\$ 1,3 milhão. A execução está sendo processada no Juízo Trabalhista de Primeira Instância na cidade de Fortaleza – CE, tendo a sentença transitado em julgado. Após a realização do depósito do valor principal, em 31/12/2009 estavam sendo liberados para os Reclamantes os valores e recolhimento dos encargos legais. Em 30/09/2010 ainda aguardava-se liberação integral dos alvarás. A companhia possui em seu passivo não circulante, registro de provisão para eventuais perdas no valor de R\$ 540.
- 1.1.4)** Ação proposta na 4ª Vara Trabalhista do Recife – PE, pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas do Estado de Pernambuco – Urbanitários em substituição a 460 funcionários lotados no Recife – PE, requerendo a incidência do adicional de periculosidade sobre todas as verbas de natureza salarial, no valor de R\$ 4,0 milhões. A Juíza de Primeira Instância excluiu da lide, por litispendência ou por coisa julgada, aproximadamente, 300 dos substituídos, bem como julgou a ação improcedente no mérito. O sindicato apresentou Recurso Ordinário, no TRT da 6ª Região, que foi provido. O processo encontra-se em fase de liquidação através de perícia. Em 30/06/2008, havia sido concluída a perícia e o judiciário apurado o valor de R\$ 3,3 milhões. Pelos cálculos dos consultores jurídicos da Companhia este débito é de R\$ 2,9 milhões, cuja diferença foi objeto de impugnação em embargos de execução. Embargos à Execução opostos pela Chesf, visando ao ajuste do débito, acolhidos em parte. Embargos Declaratórios pelo Autor rejeitados. Aguarda-se liquidação. A companhia possui em seu passivo não circulante, registro de provisão para eventuais perdas no valor de R\$ 4.582.
- 1.1.5)** Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé, na Bahia, pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (Proc. 0085/1993). A Sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido condenando a Chesf no valor de R\$ 50 milhões, correspondente a principal mais juros e correção monetária. Em 31/12/2008, a Chesf havia

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

interposto recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia. Em 31/03/2009 o processo foi transferido para a Justiça Federal por incompetência absoluta do Juiz. Significa dizer que todos os atos decisórios estão nulos, devendo ser iniciado novo processo, desta feita na Justiça Federal. Em 30/09/2009 a Chesf não tinha sido notificada sob redistribuição dos autos. Foi apreciado parcialmente recurso de apelação em sessão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a qual foi suspensa por motivo de pedido de vista da Desembargadora Assusete. A companhia possui em seu passivo não circulante, registro de provisão para eventuais perdas no valor de R\$ 50.000.

1.1.6) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público de Pernambuco – MPPE em Petrolândia (Proc. 81643-3), resultante de direito de reassentamento de trabalhadores rurais afetados pela construção da UHE Itaparica. O Autor afirma ser nulo, por carência de legitimidade, o acordo firmado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 06/12/1986 e requer a diferença das verbas de manutenções temporárias pagas no período, dando à causa o valor atualizado de aproximadamente R\$ 87 milhões. Recurso de Apelação da Chesf, alegando a ilegitimidade do MPPE para o feito teve provimento pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, contudo, o STJ, em grau de recurso especial proposto pelo Autor reconheceu a legitimidade do MPPE e determinou a remessa dos autos ao TJPE. Em 19/04/2010, julgando o mérito da Apelação da Chesf, o TJPE, à unanimidade, negou-lhe provimento. A Chesf interpôs conjuntamente Recurso Especial e Recurso Ordinário, e correspondentes agravos, pendentes de julgamento. A companhia possui em seu passivo não circulante, registro de provisão para eventuais perdas no valor de R\$ 87.000.

1.1.7) Ação Ordinária de Cobrança proposta pela Mineração Caraíbas S.A. (Processo 001.2004.003420-9), visando à satisfação de supostos créditos decorrentes da remuneração pertinente ao serviço de rebaixamento de energia de 230 para 13,8kV, efetuado na subestação de Pilar, no período compreendido entre 19 de fevereiro de 1984 a 31 de maio de 1999. Em 2005 a ação foi julgada parcialmente procedente, tendo sido somente a Chesf condenada, eis que a COELBA e a ANEEL foram excluídas da lide, ensejando alteração no sistema da probabilidade de êxito e do valor estimado da ação para R\$ 3 milhões. Interpostos Recurso de Apelação e Recurso Especial, estes não foram acolhidos. Em junho de 2010, a parte Autora postulou a execução do julgado, todavia a Chesf interpôs exceção de pré-executividade, por entender que o título não é líquido, não cabendo portanto a execução de R\$ 8.526.521,47 pleiteada pela Autora. Atendido o pleito da Chesf, foi determinada perícia pelo juízo. A companhia possui em seu passivo não circulante, registro de provisão para eventuais perdas no valor de R\$ 3.000.

1.2) Controlada em conjunto

1.2.1) STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

A provisão para contingências refere-se exclusivamente às ações cíveis que tratam de definir o valor da indenização das servidões para passagem da linha de transmissão da empresa.

A administração da STN, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas e registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

2) A Companhia possui ações não provisionadas com *risco de perda possível*, conforme distribuição a seguir:

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2.1) Controladora

Contingências	30/09/2010	31/12/2009
Trabalhistas	108.101	106.148
Cíveis e fiscais	532.915	506.735
Total	641.016	612.883

Dentre essas destacam-se as seguintes:

- 2.1.1) Ação de indenização ajuizada pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, na qual pede a condenação da Companhia e o pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó, ajuizada em 08/06/1999, para as faturas emitidas após 30/04/1990. Na aludida ação, as autoras formularam pedidos genéricos, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.

A Companhia contestou a ação e pediu que a União Federal fosse admitida nos feitos, com a remessa do processo a uma das Varas da Justiça Federal em Pernambuco. O Consórcio apresentou petição falando sobre o pedido de admissão da União nos feitos.

Após a apresentação da perícia e os esclarecimentos adicionais, foi realizada audiência em agosto de 2005, determinando-se a apresentação de razões finais até o dia 17/10/2005.

Posteriormente, a ação foi julgada procedente, sendo a Chesf condenada a pagar aos autores a importância de R\$ 23.765.629,47, a preços de setembro de 2004 (R\$ 51.567.710,89, segundo cálculos da Chesf, em 31/03/2010). Contra essa decisão, a Chesf interpôs recurso de apelação, a ser julgado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco.

No TJPE, o Relator do recurso proferiu decisão declarando a nulidade da sentença, por ter sido proferida por Juiz incompetente, em vista da intervenção da União Federal no feito, e determinou o envio dos autos à Justiça Federal.

Na Justiça Federal, o processo foi distribuído à 5ª Vara Federal, tendo o Juiz proferido decisão indeferindo o pedido da União para intervir no feito, e consequentemente determinou a remessa dos autos à Justiça Comum Estadual. O processo está em fase de apresentação de recurso pela União Federal.

- 2.1.2) Ação cível pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no Estado de Sergipe, no valor de R\$ 100 milhões, perante a 2ª Vara Federal em Sergipe (processo nº 2002850002809-6), tem por objeto obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, a jusante da UHE Xingó e provocados pela construção desta Usina.

A ação foi proposta na Justiça Federal, em 27/06/2002, e contestada no prazo legal. Após uma sequência de incidentes processuais, que não afetaram a causa nem o pedido, o juiz da causa

00332-8

CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

determinou, em 31/08/2005, a inclusão do Ibama, IMA-AL, CRA-BA, União Federal e Adema-SE no polo passivo da ação, ordenando a citação dessas entidades.

Em 30/09/2005 aguardava-se o cumprimento dos mandados de citação. Em 30/09/2006, os autos se encontravam conclusos para o Juiz, após a juntada da procuração dos novos patronos da Chesf. Em 31/12/2006, o processo se encontrava suspenso por despacho do Juiz, aguardando julgamento de agravo de instrumento interposto pelo autor perante o Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Ainda não julgado. Os litisconsortes da Chesf (União Federal, Ibama, IMA-AL, CRA-BA e Adema-SE) já haviam sido citados. Em 12/09/2007, o juiz proferiu despacho no seguinte teor: "Aguardar a informação do trânsito em julgado da decisão do agravo, devendo a Chesf comunicar". Considerando que o agravo de instrumento interposto pela Chesf foi denegado, esta Companhia interpôs embargos declaratórios contra essa decisão, os quais se encontravam pendentes de julgamento em 31/03/2008.

Por outro lado, na comarca de Brejo Grande/SE, havia também uma ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 100 milhões com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada, encontrando-se esse feito abandonado pela parte autora desde fevereiro de 2005. O último movimento processual ocorreu em novembro/2007, quando o juiz determinou a intimação do Ministério Público a se pronunciar sobre a ação. Em 31/03/2008, o processo permanecia parado e ainda sem manifestação do Ministério Público. Em 30/06/2008, o juiz da Comarca de Brejo Grande havia proferido decisão reconhecendo a incompetência da justiça estadual para apreciar o feito, determinando a remessa dos autos para a Justiça Federal. Em 30/09/2008, os autos se encontravam com vistas para o Ibama. Em 31/12/2008, aguardava-se a devolução dos autos pelo Ibama. Em 19/02/2009 essa ação, que havia sido remetida, por competência, para a Justiça Federal, foi considerada processualmente conexa com outra ação de caráter semelhante que ali já era apreciada - transcrita no início -, passando ambas a tramitar conjuntamente a partir daquela data.

Em 13/06/2008 foi publicado despacho do juiz determinando a citação da União e do IBAMA, bem como a intimação da parte autora para se manifestar sobre os termos da contestação. Em 30/09/2008, os autos se encontravam com vistas para o IBAMA. Em 31/12/2008, aguardava-se a realização de audiência de conciliação, prevista para 19/02/2009. Não tendo ocorrido conciliação na audiência de 19/02/2009, o juiz determinou novas providências para o andamento do processo. Nessa audiência, o juiz tomou conhecimento da existência de ação judicial com objetivo semelhante, que corria perante a Vara Cível da Comarca de Brejo Grande/SE e que havia sido remetida, por competência, para a Justiça Federal, sendo distribuída para sua jurisdição. Em vista disso, o juiz decidiu reconhecer a conexão processual entre as duas demandas, passando ambas, a partir daquela data, a tramitar conjuntamente. Foi, então, fixada a data de 14/05/2009 para realização de nova audiência com a finalidade de se decidir sobre a natureza da prova processual a ser colhida, inclusive realização de perícia. Nesta audiência, o juiz estabeleceu o prazo de 03 (três) meses para as partes apresentarem quesitos para perícia. Foi fixada a data de 15/09/2009 para a realização de audiência para delimitação do objeto da perícia, devendo a Chesf apresentar, com essa finalidade, minuta de Termo de Referência. Esse documento vem sendo elaborado por técnicos da Companhia, em conjunto com seus advogados terceirizados. Em 30/09/2009 o juiz que preside o feito havia adiado a audiência prevista para o dia 15/09/2009 para o dia 22/10/2009. Nessa audiência, o juiz fixou uma nova para o dia 02/03/2010, com a finalidade de nomeação do perito do juízo e determinação do prazo para a realização da perícia. Nessa audiência foi realizado o saneamento do processo e designado o dia 08/06/2010 para audiência de instrução. Nessa audiência foram

00332-8

CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

discutidas particularidades em torno da perícia a ser realizada, havendo o Sr. Juiz decidido pela realização de nova audiência para nomeação do perito oficial e para indicação dos assistentes técnicos da partes e instalação da perícia. Não houve fixação de data para essa nova audiência. Em julho de 2010 foi publicada decisão invertendo o ônus da prova e o ônus financeiro para sua realização, determinando que o custo da perícia seja suportada pela Chesf. Foi interposto agravo de instrumento contra a decisão que inverteu o ônus da prova e o ônus financeiro. Em agosto de 2010 houve a publicação do despacho do Desembargador Relator Francisco Barros Dias, convertendo o agravo de instrumento em agravo retido, e determinando a remessa dos autos ao juízo de origem, onde em 03/08/2010 foi publicado despacho do juiz da 2ª Vara da JF/SE mantendo a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos e determinando que se aguarde por 90 (noventa) dias eventual atribuição de efeito suspensivo pelo Egrégio TRT 5ª. Em 09/08/2010, a Companhia opôs Embargos Declaratórios contra a decisão que converteu o Agravo de Instrumento em Agravo Retido. Em setembro de 2010, foi publicado despacho negando provimento aos Embargos Declaratórios opostos pela Chesf. Foi Interposto Agravo Legal contra a decisão que converteu o Agravo de Instrumento retido. Em 18/10/2010 foi publicada decisão do Des. Fed. Relator recebendo o Agravo Legal interposto como pedido de reconsideração e indeferindo.

Suportada por avaliação dos advogados que patrocinam as causas pela Companhia, a expectativa da Administração sobre a possibilidade de perda dessas ações é possível, quanto ao insucesso da defesa, e remoto quanto aos valores dos pedidos.

- 2.1.3)** Ação ordinária proposta pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (proc. 2002.34.00.026509-0 – 15ª Vara Federal-DF) visando à contabilização e liquidação pela Aneel das transações do mercado, relativa à exposição positiva (lucro) verificada em razão da não opção pelo alívio (seguro) feita em dezembro de 2000. Decisão interlocutória proferida no bojo do Agravo de Instrumento da AES SUL (Processo nº 2002.01.00.040870-5) interposto contra a Aneel, resultou num débito de aproximadamente R\$ 110 milhões a ser pago até o dia 07/11/2008.

Para suspender a exigibilidade do débito, foram adotadas naquela oportunidade (dias 03 a 07/11/2008), as seguintes providências jurídicas: 1) ajuizamento de Pedido de Suspensão de Liminar no STJ; 2) impetração de Mandado de Segurança perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDF; 3) protocolização de petição postulando o ingresso da Chesf no processo, na condição de *litisconsorte* passiva necessária. Foram acolhidos os procedimentos 2 e 3, com a conseqüente reforma da liminar e suspensão do débito em questão. A Chesf ingressou na lide como *litisconsorte* passiva necessária e contestou a ação. Aguarda-se especificação de provas. Posição inalterada até 30/09/2010.

2.2) Controlada em conjunto

2.2.1) ESBR Participações S.A.

O artigo 6º do Decreto 8321/1998 do Estado de Rondônia prevê que as operações relacionadas em seu Anexo I ficam isentas de ICMS. Tal anexo, em seu artigo 74, cita que estão isentas a importação e a entrada interestadual de bem novo, sem similar no mercado interno do Estado de Rondônia, destinado ao ativo imobilizado de estabelecimento industrial.

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Aplicando a regra do artigo 74 do Anexo I, a companhia vem pleiteando a isenção do diferencial de alíquota de ICMS na compra de equipamentos nacionais importados. O pedido de isenção é feito através do envio, pela Companhia, de processos de isenção que devem ser protocolados junto à Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia (“Sefin-RO”), para aprovação.

Desde o início de suas operações, a Companhia protocolou 290 processos junto à Sefin-RO, envolvendo um valor total de isenções de R\$ 21.219. Até o final do primeiro semestre de 2010, três isenções, no montante de R\$ 101, haviam sido concedidas pela Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia. Durante o terceiro trimestre de 2010, 150 isenções, no valor de R\$ 1.187, foram negadas pela Sefin-RO, sob a alegação de que a Companhia não se enquadra no conceito de estabelecimento industrial segundo os preceitos da Lei 2.331/2010.

À medida que as solicitações formuladas vêm sendo negadas pela Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia, a Companhia vem apresentando recursos administrativos que permanecem sem julgamento até o momento. Em caso de manutenção do indeferimento em segunda instância nos processos administrativos tributários, será ajuizada ação visando garantir o benefício à Companhia, caso em que garantias poderão ser exigidas como parte deste eventual processo judicial.

Consubstanciada na opinião de seus advogados internos e externos, a Companhia entende que a mencionada regra de isenção do artigo 74 do Anexo I ao Decreto 8.321/1998 é aplicável para suas operações e que o risco de perda da causa é possível. Conseqüentemente, não efetuou provisão para estes eventos.

3) Com *risco de perda remoto* destaca-se a seguinte ação:

3.1) Controladora

Apesar de ser considerada pelos administradores, suportados pelos consultores jurídicos da Companhia, como de risco de perda remoto, existe uma ação de cobrança em andamento movida pela Construtora Mendes Júnior S.A., contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia.

A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à Chesf, assegurando ressarcimento financeiro.

Nesta ação de cobrança a Construtora Mendes Júnior S.A. obteve sentença do Juízo da 4ª Vara Cível, posteriormente anulada, que condenava a Chesf ao pagamento da quantia que, incluindo honorários advocatícios e correção monetária até o mês de agosto de 1996, calculado segundo critério determinado pelo juízo – seria de aproximadamente R\$ 7 bilhões, valor não atualizado desde agosto de 1996.

Após decisão do Superior Tribunal de Justiça, de não conhecer recurso especial interposto pela Construtora Mendes Júnior, e confirmar decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que anulou a sentença, determinando ainda a redistribuição do processo a uma das Varas Federais de Pernambuco, o processo foi encaminhado à 12ª Vara Federal, tomando o número 2000.83.00.014864-7, para ser feita nova perícia e ser proferida nova sentença.

A Perícia foi apresentada. Devendo ser destacado que o Perito, respondendo a quesito da Chesf, declarou “não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica”. Essa resposta foi confirmada pela análise feita pelo Assistente Técnico da Chesf, que incluiu criterioso exame das demonstrações financeiras da Mendes Júnior. Com base nesses resultados, a Chesf pediu a improcedência total da ação.

O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo e, no mérito, pediu a improcedência da ação.

A ação foi julgada procedente em parte, através de sentença publicada em 08/03/2008. Contra a sentença, a Chesf apresentou embargos de declaração, acatados pela MM. Juíza, por meio de decisão que esclareceu alguns pontos da sentença, relativos à apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior.

Contra essa sentença a Chesf apresentou recurso de apelação, em que pediu a improcedência total da ação; considerando que, nesta ação de cobrança, cabia à Mendes Júnior, para fazer jus a alguma espécie de ressarcimento financeiro, em cumprimento à decisão proferida na Ação Declaratória anteriormente ajuizada, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra de Itaparica, em decorrência do atraso da Chesf no pagamento de algumas faturas; e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teriam sido superiores ao total de acréscimos pagos pela Chesf, em decorrência desses atrasos. A União Federal e o Ministério Público Federal apresentaram recursos no mesmo sentido que o apresentado pela Chesf.

Em sessão realizada em 25 de fevereiro de 2010, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região deu provimento aos recursos interpostos por Chesf, União e Ministério Público Federal, e julgou a aludida ação inteiramente improcedente. Há informação de apresentação de recursos especiais e extraordinários pela Construtora Mendes Júnior e pela União, embora a Chesf não tenha sido intimada para apresentar contra razões a esses recursos.

Considerando a existência da decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, informamos ser remota a chance de perda nesta ação.

3.2) Controlada em conjunto

3.2.1) ESBR Participações S.A.

O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN relativo ao contrato de construção das obras civis da Usina Hidrelétrica Jirau, firmado com o fornecedor Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., é realizado com a redução da base de cálculo do imposto em 60%. Tal procedimento está suportado nos Decretos do município de Porto Velho (RO) nºs 10.244/2005 e 10.363/2006. A Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Porto Velho (RO) questionou a aplicação dos referidos decretos ao contrato. O objeto da controvérsia limita-se a valores incorridos até 31/12/2009, considerando a publicação da Lei Complementar do Município de Porto Velho nº 369/2009, ratificando a aplicabilidade da redução da base de cálculo do ISSQN em 60% a partir do exercício de 2010.

A empresa Energia Sustentável do Brasil S.A., controlada integral da ESBR Participações S.A., efetuou, em 13/05/2010, depósito judicial do principal dos valores envolvidos na questão (R\$ 17.339), amparado em liminar obtida nos autos de ação cautelar inominada, movida em *litisconsórcio* ativo com a empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. Em

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11/06/2010, foi protocolizada ação ordinária declaratória relativa à questão também em *litisconsórcio* ativo com o fornecedor.

Em 28/07/2010, a Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Porto Velho – RO emitiu a Circular Normativa 001/2010 e o Parecer 001/2010, que alteraram o parecer fiscal anterior, considerando válida a dedução da base de cálculo do ISSQN. A empresa está solicitando da Secretaria Municipal de Fazenda a extinção do processo, com julgamento de mérito favorável, para que os valores depositados possam ser resgatados.

Consubstanciada nos fatos acima e na opinião de seus advogados internos e externos, a empresa entende que o risco de perda da causa é remoto. Sendo assim, efetuou apenas provisão dos honorários de êxito de advogados externos, no montante de R\$ 865.

3.3) Riscos ambientais

A Chesf, em decorrência de suas atividades operacionais, possui ações judiciais de natureza ambiental que não estão provisionadas por envolverem riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como *possíveis* ou *remotos*. Com base na opinião desses consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução dessas questões não produzirá efeito material adverso sobre a sua situação financeira e, com base em histórico, acredita que nenhuma provisão ou seguro para perdas, relacionados às questões ambientais, seja necessário.

23 – CONCESSÕES A PAGAR

A Companhia, por intermédio de suas controladas em conjunto ESBR Participações S.A. e Norte Energia S.A., possui contratos de concessão onerosa com a União Federal para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica nas usinas hidrelétricas Jirau e Belo Monte, respectivamente.

Buscando refletir adequadamente no patrimônio a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, a partir da análise da característica dos negócios, dos contratos e do estágio dos empreendimentos, o valor da concessão da Usina Jirau foi registrado no ativo intangível em contrapartida do passivo não circulante.

O valor identificado no contrato, calculado a preço futuro com base na projeção da variação monetária, foi ajustado a valor presente com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária está sendo capitalizada no ativo durante a construção da Usina e será, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24 - RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da contribuição social e da provisão para o imposto de renda, é demonstrada a seguir:

	Controladora			
	30/09/2010		30/09/2009	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Lucro antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	1.816.895	1.816.895	737.119	737.119
Encargo total da Contribuição Social e do Imposto de Renda calculado com base nas alíquotas de 9% e 15%, mais adicional, respectivamente	163.520	454.224	66.341	184.262
Efeitos fiscais sobre adições ou exclusões permanentes	(1.284)	(41.420)	87	(2.163)
Contribuição social e Imposto de renda do exercício	162.236	412.804	66.428	182.099

	Consolidado			
	30/09/2010		30/09/2009	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Lucro antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	1.821.465	1.821.465	741.893	741.893
Encargo total da Contribuição Social e do Imposto de Renda calculado com base nas alíquotas de 9% e 15%, mais adicional, respectivamente	163.932	455.342	66.770	185.449
Efeitos fiscais sobre adições ou exclusões permanentes	439	(35.990)	2.067	3.021
Contribuição social e Imposto de renda do exercício	164.371	419.352	68.837	188.470

00332-8

CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26 - PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas de acordo com padrões e preços de mercado ou baseadas em contratos próprios do Setor Elétrico. Na sequência, identificamos as empresas/entidades relacionadas com a Companhia:

Empresas	Natureza de Operação	30/09/2010			31/12/2009		30/09/2009
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
	Contas a receber	1.549	-	-	1.739	-	-
	Empréstimos	-	179.090	-	-	254.359	-
Eletrobras	Contas a pagar	-	301	-	-	31	-
	Despesa financeira	-	-	(9.180)	-	-	(225.416)
	Atualização de dividendos	-	-	(16.099)	-	588.124	(20.187)
		1.549	179.391	(25.279)	1.739	842.514	(245.603)
	Cons., conc. e permissionárias	4319	-	-	4.874	-	-
	Contas a receber	9	-	-	8	-	-
Furnas	Fornecedores	-	13.569	-	-	15.249	-
	Contas a pagar	-	20	-	-	-	-
	Encargo de uso da rede	-	-	(98.902)	-	-	(95.157)
	JCP/Dividendos	-	-	-	-	13	-
		4.328	13.589	(98.902)	4.882	15.262	(95.157)
	Contas a receber	22	-	-	21	-	-
Eletrosul	Fornecedores	-	6.731	-	-	7.107	-
	Encargo de uso da rede	-	-	(48.651)	-	-	(46.082)
		22	6.731	(48.651)	21	7.107	(46.082)
	Cons., conc. e permissionárias	6.635	-	-	7.260	-	-
	Fornecedores	-	8.442	-	-	7.332	-
Eletronorte	Contas a receber	6	-	-	6	-	-
	Encargo de uso da rede	-	-	(53.502)	-	-	(48.467)
		6.641	8.442	(53.502)	7.266	7.332	(48.467)
	Cons., conc. e permissionárias	538	-	-	613	-	-
Eletronuclear	JCP/Dividendos	-	-	-	-	8	3.945
		538	-	-	613	8	3.945
	Cons., conc. e permissionárias	148.281	-	-	2.328	-	-
CGTEE	Suprimento de energia	-	-	183.107	-	-	23.013
		148.281	-	183.107	2.328	-	23.013
	Contas a receber	14.693	-	-	14.693	-	-
	(-) Provisão para perdas	(13.237)	-	-	(13.237)	-	-
Eletropar	Adiantamento a fornecedores	5.279	-	-	5.279	-	-
	Contas a pagar	-	1.456	-	-	1.456	-
		6.735	1.456	-	6.735	1.456	-
	Cons., conc. e permissionárias	21.660	-	-	20.084	-	-
	Contas a receber/pagar	56	-	-	20	-	-
Ceal	Suprimento de energia	-	-	38.944	-	-	35.810
		21.716	-	38.944	20.104	-	35.810

00332-8

CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Empresas	Natureza de Operação	30/09/2010			31/12/2009		30/09/2009
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Fachesf	Fornecedores	-	1.076	-	-	3.306	-
	Contribuição normal	-	5.903	-	-	7.574	-
	Contratos atuariais	-	309.686	-	-	453.723	-
	Despesa financeira	-	-	(31.325)	-	-	(17.162)
	Despesas operacionais	-	-	(35.143)	-	-	76.166
		-	316.665	(66.468)	-	464.603	59.004
Cepisa	Cons., conc. e permissionárias	76.168	-	-	104.891	-	-
	Suprimento de energia	-	-	33.515	-	-	33.063
		76.168	-	33.515	104.891	-	33.063
STN	Partic. societária permanente	186.458	-	-	168.830	-	-
	Fornecedores	-	1.154	-	-	1.142	-
	Contas a receber	152	-	-	-	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	1.380	-	-	1.318
	Equivalência patrimonial	-	-	26.477	-	-	25.349
	Encargo de uso da rede	-	-	(7.800)	-	-	(7.621)
	JCP/Dividendos	-	-	-	9.672	-	-
		186.610	1.154	20.057	178.502	1.142	19.046
Integração Transmissora de Energia S.A.	Partic. societária permanente	30.776	-	-	26.046	-	-
	Fornecedores	-	896	-	-	838	-
	Encargo de uso da rede	-	-	(6.016)	-	-	(6.808)
	Equivalência patrimonial	-	-	8.803	-	-	6.765
		30.776	896	2.787	26.046	838	(43)
Energética Águas da Pedra S.A.	Partic. societária permanente	61.148	-	-	61.616	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(288)	-	-	(416)
		61.148	-	(288)	61.616	-	(416)
ESBR Participação S.A.	Partic. societária permanente	332.618	-	-	202.388	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(2.216)	-	-	(603)
	Ajuste avaliação patrimonial	-	(1.274)	-	-	-	-
		332.618	(1.274)	(2.216)	202.388	-	(603)
I.E. Madeira	Partic. societária permanente	47.192	-	-	25.624	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	1.085	-	-	146
		47.192	-	1.085	25.624	-	146
Manaus Transmissor	Partic. societária permanente	(20.803)	-	-	(8.740)	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(12.063)	-	-	(35.743)
		(20.803)	-	(12.063)	(8.740)	-	(35.743)
Manaus Construtora	Partic. societária permanente	5.473	-	-	1.938	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	5.473	-	-	-
		5.473	-	5.473	1.938	-	-
TDG	Partic. societária permanente	13.041	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(238)	-	-	-
		13.041	-	(238)	-	-	-
Norte Energia S.A.	Partic. societária permanente	25.080	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(32)	-	-	-
		25.080	-	(32)	-	-	-
Cepel	Contas a pagar	-	837	-	-	-	-
	Despesas operacionais	-	-	(7.397)	-	-	(7.079)
		-	837	(7.397)	-	-	(7.079)

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;

MANAUS CONSTRUTORA LTDA.

- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;

TDG - TRANSMISSÃO DELMIRO GOUVEIA S.A.

- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa, avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

NORTE ENERGIA S.A.

- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa, avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

CEPEL

- Contrato de contribuição mensal como associado.

Além das empresas antes apresentadas, a Companhia também possui as seguintes partes relacionadas:

- Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron
- Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre
- Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
- Consórcios Pedra Branca, São Pedro do Lago e Sete Gameleiras
- Itaipu Binacional
- Boa Vista Energia S.A.

Remuneração de Pessoal-chave

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal e diretores. O gasto total até este trimestre está demonstrado a seguir:

	30/09/2010	30/09/2009
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	1.713	1.268
Encargos Sociais	537	388
Benefícios	145	63
	2.395	1.719

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia procedeu à avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

a) Considerações gerais:

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir, com posições em 30/09/2010:

ATIVO

- Caixa e equivalentes de caixa
São classificados como mantido para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;
- Títulos e valores mobiliários
São classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, a seus valores de mercado.
- Contas a receber de clientes e outros
Decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Aplicações no mercado aberto
Os valores de tais instrumentos representam os de mercado, devido a sua liquidez diária.
- Ativo Financeiro – Receita Anual Permitida e Ativo Financeiro Indenizável
Os valores dos ativos financeiros a serem recebidos durante a concessão estão reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros com expectativa de serem recebidos no fim da concessão.

PASSIVO

- Fornecedores
Decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.
- Empréstimos e financiamentos
Estas operações de crédito estão atualizadas até a data do balanço; os correspondentes encargos estão provisionados com base em taxas fixas ou variáveis vigentes em 30/09/2010, e os contratos de mútuo com a nossa controladora, a Eletrobras, que representam cerca de 25% do total da dívida da Companhia, dos quais 84% são remunerados a uma taxa de juros equivalente a 5% ao ano. A

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

taxa de mercado da Eletrobras é por ela definida levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do Setor Elétrico. Considerando as circunstâncias especiais envolvidas no financiamento de seus projetos de expansão, o valor de mercado desses empréstimos corresponde a seus valores contábeis.

Os valores dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis em 30 de setembro de 2010 são equivalentes a seus valores de mercado, considerando os critérios de mensuração de cada um.

b) Gestão de Riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros:

Risco de mercado

É o risco de que mudanças de mercado, como mudanças nas taxas de juros e nos preços, poderão afetar as receitas da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

Risco de encargos da dívida

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a contratos de financiamento, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia.

A Administração da Companhia não identifica entre os valores de mercado e os apresentados nas informações trimestrais em 30 de setembro de 2010, a ocorrência de diferenças relevantes originadas de operações que envolvam instrumentos financeiros que requeiram divulgação específica.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. A Companhia segue a estrutura de capital determinada por estudos técnicos elaborados para a definição do negócio, bem como pelos limites estabelecidos pelos agentes financeiros.

Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, por meio de suas controladas em conjunto, com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28 - ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO - RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA - RTE, VARIAÇÃO DE ITENS DA "PARCELA A" E REPASSE DE ENERGIA LIVRE.

1. Composição da RTE homologada pela Aneel, representativa da Perda de Receita e Energia Livre.

ITENS	NÚMERO DO INSTRUMENTO DE HOMOLOGAÇÃO	VALOR HOMOLOGADO (1)	REMUNERAÇÃO ACUMULADA ATÉ 30/09/2010 (2)	VALOR AMORTIZADO ATÉ 30/09/2010 (3)	SALDO A AMORTIZAR EM 30/09/2010 4) = (1 + 2 - 3)
Perda de Receita	Resoluções nºs 480/02, 481/02 e 01/04.	40.674	8.898	49.572	-
Energia Livre	Resoluções nºs 01/04 e 45/04.	77.303	37.144	114.447	-
Totais		117.977	46.042	164.019	-

2. Composição da Variação de Itens da "Parcela A" (período de 01/01/2001 a 25/10/2001) homologado pela Aneel.

ITENS	VALOR HOMOLOGADO RESOLUÇÕES Nºs 482/02 E 001/04 (1)	REMUNERAÇÃO ACUMULADA ATÉ 30/09/2010 (2)	TOTAL ACUMULADO ATÉ 30/09/2010 (3) = (1) + (2)	VALOR AMORTIZA DO ATÉ 30/09/2010 (4)	SALDO A AMORTIZAR EM 30/09/2010 (5) = (3) - (4)
"Parcela A" (período de 01/01 a 25/10/2001)	21.827	34.688	56.515	56.515	-

3. Composição dos saldos dos valores homologados pela Aneel, representativos do Repasse de Energia Livre, que se referem à compra de energia elétrica no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, durante a vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.

ITENS	VALOR HOMOLOGADO RESOLUÇÕES Nºs 001/04 E 045/04 (1)	REMUNERAÇÃO ACUMULADA ATÉ 30/09/2010 (2)	TOTAL ACUMULADO ATÉ 30/09/2010 (3) = (1) + (2)	VALOR AMORTIZA DO ATÉ 30/09/2010 (4)	REDUÇÃO DE TRIBUTOS E ENCARGOS OFÍCIO Nº 2.409/2007-SFF/ANEEL (5)	SALDO REPASSADO A MAIOR ATÉ 30/09/2010 (6) = (3)-(4)-(5)
Repasse de Energia Livre	77.303	36.976	114.279	110.267	6.871	(2.859)

Em atendimento às determinações do Ofício nº 2.409/2007-SFF/ANEEL, a Companhia apurou os valores referentes aos tributos e encargos regulatórios, cujo ônus financeiro foi imputado às Concessionárias de Geração e que não foram efetivamente suportados pelos consumidores, nos

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstramos na tabela abaixo, por devedor, os valores do Ativo Regulatório a receber de Energia Livre pela Companhia, não reconhecidos na contabilidade em conformidade com as práticas internacionais.

Saldos a receber	30/09/2010
Empresa	Valor (R\$)
AMPLA (CERJ)	9.065
EBE	3.106
CEB	788
CELPA	1.326
CELPE	4.014
CEMIG	6.311
CEPISA	1.662
CESP	4.499
COELBA	3.930
COELCE	376
CSPE	127
ELETRONORTE	28.804
ELETROPAULO	7.424
ENERGISA PARAÍBA	105
ENERGISA SERGIPE	782
ESCELSA	4.298
AES TIETÊ	1.039
CDSA	568
CELESC	532
CELTINS	62
CGTEE	61
COPEL	395
CPFL	93
DUKE ENERGY	1.283
EEB	2
EEVP	10
EMAE	497
FURNAS	4.523
RGE	129
TRACTEBEL	454
Total bruto a receber	86.265
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.419)
Total líquido a receber	77.846
Circulante	77.846

Diante da interpretação dada pela Aneel, quanto à não-realização do contas a receber de Energia Livre, impondo perdas substanciais às Geradoras, a Companhia, em conjunto com as empresas do Sistema Eletrobras, está envidando esforços junto aos órgãos e instâncias competentes, no sentido de preservar os seus direitos previstos no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Ações Judiciais relativas às contabilizações de energia de curto prazo do período de setembro/2000 a dezembro/2002

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Estão em andamento ações judiciais movidas contra a Aneel, referentes às contabilizações de energia de curto prazo, correspondentes ao período de setembro/2000 a dezembro/2002, procedidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Como parte do processo, a Companhia poderá vir a ser solicitada a arcar com o montante de R\$ 285.923, em valores históricos. Entretanto, de acordo com a avaliação dos seus consultores jurídicos, o risco de perda para a Companhia nesse processo está classificado como “possível”, não cabendo, portanto, provisionamento contábil.

29 - TREINAMENTOS E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL (não revisada)

A Companhia tem como política permanente a qualificação dos dirigentes e empregados, tendo apresentado no período os indicadores a seguir:

Indicadores	30/09/2010	30/09/2009
Empregados treinados	3.950	3.700
Homem/hora treinados	177.902	330.524
Média/hora treinamento	32,34	60,68
Índice de empregados treinados (%)	71	68
Força de trabalho treinada (%)	1,68	3,16
Investimento total (R\$ mil)	3.378	4.467
Valor médio investido por empregado (R\$ 1,00)	679	820

00332-8

CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

	Controladora					
	30/9/2010			30/9/2009		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.851.840	968.202	3.820.042	2.374.660	953.352	3.328.012
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA						
Custo com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	(24.061)	-	(24.061)	-	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	(579.056)	-	(579.056)	(555.317)	-	(555.317)
Custo de operação						
Pessoal	(53.610)	(135.722)	(189.332)	(48.386)	(119.588)	(167.974)
Material	(1.796)	(3.880)	(5.676)	(2.107)	(3.370)	(5.477)
Combustíveis para a produção de energia	(2.003)	-	(2.003)	(6.976)	-	(6.976)
Serviço de terceiros	(10.964)	(24.850)	(35.814)	(10.043)	(21.352)	(31.395)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(138.928)	-	(138.928)	(153.575)	-	(153.575)
Depreciação e amortização	(260.113)	-	(260.113)	(261.504)	-	(261.504)
Taxa de Fiscalização da Aneel	(2.208)	(6.424)	(8.632)	(16.258)	(6.565)	(22.823)
Outras	20.855	(511)	20.344	34.925	(8.674)	26.251
	(1.051.884)	(171.387)	(1.223.271)	(1.019.241)	(159.549)	(1.178.790)
CUSTO DO SERV. PRESTADO A TERCEIROS	(3.330)	-	(3.330)	-	(11)	(11)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	-	(274.204)	(274.204)	-	(249.421)	(249.421)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	1.796.626	522.611	2.319.237	1.355.419	544.371	1.899.790
DESPESAS OPERACIONAIS	(193.975)	(369.761)	(563.736)	(410.208)	(570.383)	(980.591)
RESULTADO DO SERVIÇO	1.602.651	152.850	1.755.501	945.211	(26.012)	919.199
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA						
Renda de aplicações financeiras	40.136	10.630	50.766	45.991	15.106	61.097
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	87.537	3.797	91.334	20.886	1.786	22.672
Outras variações monetárias ativas	310	777	1.087	167	403	570
Outras receitas financeiras	(8.212)	17.940	9.728	19.460	(1.414)	18.046
PIS/Pasep e Cofins	(4)	(1)	(5)	(4)	(1)	(5)
Encargos de dívidas	(18.578)	(29.548)	(48.126)	(273.493)	(27.995)	(301.488)
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(738)	(318)	(1.056)	49.271	1.609	50.880
Outras variações monetárias passivas	(18)	(82)	(100)	(80)	29	(51)
Outras despesas financeiras	(34.000)	(8.385)	(42.385)	(26.388)	(9.152)	(35.540)
	66.433	(5.190)	61.243	(164.190)	(19.629)	(183.819)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)						
Receitas	(2)	168	166	5.703	61	5.764
Despesas	(12)	(3)	(15)	(1.909)	(2.116)	(4.025)
	(14)	165	151	3.794	(2.055)	1.739
RESULTADO OPERACIONAL	1.669.070	147.825	1.816.895	784.815	(47.696)	737.119
Contribuição social	(153.439)	(8.797)	(162.236)	(70.833)	4.405	(66.428)
Imposto de renda	(416.528)	3.724	(412.804)	(195.081)	12.891	(182.190)
Incentivos Fiscais	298.194	(1.868)	296.326	145.106	(8.028)	137.078
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.397.297	140.884	1.538.181	664.007	(38.428)	625.579
Lucro básico por ação (R\$)			36,88			15,00
Lucro diluído por ação (R\$)			29,83			12,13

00332-8

CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado					
	30/9/2010			30/9/2009		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.851.840	1.128.422	3.980.262	2.374.659	1.023.970	3.398.629
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA						
Custo com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	(24.061)	-	(24.061)	-	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	(579.056)	-	(579.056)	(555.317)	-	(555.317)
Custo de operação						
Pessoal	(53.610)	(137.307)	(190.917)	(48.386)	(120.698)	(169.084)
Material	(1.796)	(3.974)	(5.770)	(2.107)	(3.430)	(5.537)
Combustíveis para a produção de energia	(2.003)	-	(2.003)	(6.976)	-	(6.976)
Serviço de terceiros	(10.964)	(48.786)	(59.750)	(10.043)	(32.244)	(42.287)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(138.928)	-	(138.928)	(153.575)	-	(153.575)
Depreciação e amortização	(260.113)	(1.320)	(261.433)	(261.504)	(1.437)	(262.941)
Taxa de Fiscalização da Aneel	(2.208)	(6.632)	(8.840)	(16.258)	(6.789)	(23.047)
Outras	20.854	(1.082)	19.772	34.925	(9.480)	25.445
	(1.051.885)	(199.101)	(1.250.986)	(1.019.241)	(174.078)	(1.193.319)
CUSTO DO SERV. PRESTADO A TERCEIROS	(3.330)	-	(3.330)	-	(11)	(11)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	-	(351.047)	(351.047)	-	(262.377)	(262.377)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	1.796.625	578.274	2.374.899	1.355.418	587.504	1.942.922
DESPESAS OPERACIONAIS	(198.985)	(374.314)	(573.299)	(413.391)	(572.424)	(985.815)
RESULTADO DO SERVIÇO	1.597.640	203.960	1.801.600	942.027	15.080	957.107
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA						
Renda de aplicações financeiras	40.733	11.548	52.281	48.571	15.793	64.364
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	87.537	7.254	94.791	20.886	1.788	22.674
Outras variações monetárias ativas	310	777	1.087	167	257	424
Outras receitas financeiras	(8.017)	(9.987)	(18.004)	20.063	(27.634)	(7.571)
PIS/Pasep e Cofins	(4)	(1)	(5)	(4)	(1)	(5)
Encargos de dívidas	(18.578)	(39.469)	(58.047)	(273.493)	(38.282)	(311.775)
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(738)	(3.127)	(3.865)	49.271	1.609	50.880
Outras variações monetárias passivas	(18)	(82)	(100)	(80)	29	(51)
Outras despesas financeiras	(31.985)	(16.584)	(48.569)	(26.388)	(9.711)	(36.099)
	69.240	(49.671)	19.569	(161.007)	(56.152)	(217.159)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)						
Receitas	(2)	831	829	5.703	295	5.998
Despesas	(12)	(521)	(533)	(1.909)	(2.144)	(4.053)
	(14)	310	296	3.794	(1.849)	1.945
RESULTADO OPERACIONAL	1.666.866	154.599	1.821.465	784.814	(42.921)	741.893
Contribuição social	(152.856)	(11.515)	(164.371)	(69.289)	452	(68.837)
Imposto de renda	(414.908)	(4.443)	(419.351)	(193.744)	5.275	(188.469)
Incentivos Fiscais	298.194	2.243	300.437	145.106	(4.114)	140.992
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.397.296	140.884	1.538.180	666.887	(41.308)	625.579
Lucro básico por ação (R\$)			36,88			15,00
Lucro diluído por ação (R\$)			29,83			12,13

00332-8

CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	CAPITAL SUBSCRITO / REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	RECURSO DEST. A AUM. DE CAPITAL	TOTAL
SALDO EM 31/12/2008								
ANTES ADOÇÃO DAS								
NOVAS PRÁTICAS	4.196.306	4.916.199	3.366.249	-	-	-	294.396	12.773.150
Ajustes adoção das novas práticas	-	-	-	-	(462.195)	26.721	(294.396)	(729.870)
Dividendos adicionais	-	-	-	306.524	-	(26.721)	-	279.803
SALDO EM 01/01/2009 APÓS								
ADOÇÃO DAS NOVAS								
PRÁTICAS	4.196.306	4.916.199	3.366.249	306.524	(462.195)	-	-	12.323.083
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	12.201	-	-	12.201
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	286.170	-	286.170
SALDO EM 31/03/2009	4.196.306	4.916.199	3.366.249	306.524	(449.994)	286.170	-	12.621.454
Aumento de capital	343.251	-	(343.251)	-	-	-	-	-
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	15.124	-	-	15.124
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	296.824	-	296.824
Destinação:								
Aprovação de dividendos adicionais pela AGO	-	-	-	(279.803)	-	-	-	(279.803)
SALDO EM 30/06/2009	4.539.557	4.916.199	3.022.998	26.721	(434.870)	582.994	-	12.653.599
Ajustes de avaliação patrimonial - Coligadas	-	-	-	-	10.186	-	-	10.186
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	15.155	-	-	15.155
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	42.585	-	42.585
SALDO EM 30/09/2009	4.539.557	4.916.199	3.022.998	26.721	(409.529)	625.579	-	12.721.525
	CAPITAL SUBSCRITO / REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	RECURSO DEST. A AUM. DE CAPITAL	TOTAL
SALDO EM 31/12/2009	4.539.557	4.916.199	3.195.703	576.588	(203.762)	-	-	13.024.285
Ajustes de avaliação patrimonial - Coligadas	-	-	-	-	682	-	-	682
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	(23.603)	-	-	(23.603)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	460.158	-	460.158
SALDO EM 31/03/2010	4.539.557	4.916.199	3.195.703	576.588	(226.683)	460.158	-	13.461.522
Ajustes de avaliação patrimonial - Coligadas	-	-	-	-	1.835	-	-	1.835
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	(27.131)	-	-	(27.131)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	448.049	-	448.049
Destinação:								
Aprovação de dividendos adicionais pela AGO	-	-	-	(408.393)	-	-	-	(408.393)

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

SALDO EM 30/06/2010	4.539.557	4.916.199	3.195.703	168.195	(251.979)	908.207	-	13.475.882
Ajustes de avaliação patrimonial - Coligadas	-	-	-	-	(2.471)	-	-	(2.471)
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	(23.516)	-	-	(23.516)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	629.974	-	629.974
SALDO EM 30/09/2010	4.539.557	4.916.199	3.195.703	168.195	(277.966)	1.538.181	-	14.079.869

32 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora e Consolidado (BRGAAP)	
	30/09/2010	30/09/2009
Lucro Líquido do Período	1.538.181	625.579
Outros componentes do resultado abrangente		
Participação no resultado abrangente de investidas	(1.274)	10.186
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	(87.611)	50.124
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.361	(7.644)
Outros componentes do resultado abrangente do Período	(75.524)	52.666
Total do resultado abrangente do Período	1.462.657	678.245

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

33- DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Chesf		Consolidado	
	30/9/2010	30/9/2009 (Reclassificado)	30/9/2010	30/9/2009 (Reclassificado)
Receitas:				
Fornecimento de energia elétrica	569.268	576.547	569.268	576.547
Suprimento de energia elétrica	2.531.271	1.972.260	2.531.271	1.972.260
Sistema de transmissão	358.933	324.967	353.636	317.957
Energia elétrica de curto prazo	201.844	223.350	201.844	223.350
Receita de construção	274.205	249.421	378.702	275.559
Receita financeira (atualiz. do ativo de transmissão)	519.888	541.014	570.338	586.907
Outras receitas (despesas) operacionais	9.315	8.229	20.830	10.878
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(14.024)	(61.972)	(14.024)	(61.972)
Perdas – Consumidores/Concessionárias	(7.823)	(95.601)	(7.823)	(95.601)
Perdas – Energia livre	(4.701)	585	(4.701)	585
	4.438.176	3.738.800	4.599.341	3.806.470
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Material	12.935	14.818	13.104	14.901
Combustíveis para a produção de energia	2.003	6.976	2.003	6.976
Serviço de terceiros	109.615	92.606	135.949	104.652
Energia elétrica comprada para revenda	24.061	-	24.061	-
Encargos de uso da rede elétrica	579.056	555.317	573.040	547.696
Custo de formação	274.204	249.421	351.047	262.377
Outros	45.268	108.115	48.010	111.358
	1.047.142	1.027.253	1.147.214	1.047.960
(=) Valor Adicionado Bruto	3.391.034	2.711.547	3.452.127	2.758.510
(-) Retenções				
Quotas de reintegração (Depreciação e Amortização)	312.178	311.502	313.506	312.942
(=) Valor adicionado líquido	3.078.856	2.400.045	3.138.621	2.445.568
(+) Valor adicionado transferido				
Resultado de equivalência patrimonial	27.001	(4.502)	(287)	(416)
Dividendos e juros sobre capital o próprio	306	317	306	317
Aluguéis	(57)	105	(57)	105
Receitas financeiras	125.608	106.570	144.686	115.455
	152.858	102.490	144.648	115.461
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	3.231.714	2.502.535	3.283.269	2.561.029
Pessoal:				
Salários/benefícios	391.597	618.492	397.439	620.939
Honorários da diretoria	1.520	1.268	1.628	1.326
Provisões para contingências trabalhistas/indenizações	61.246	18.759	61.246	18.759
Entidade de previdência privada - contribuições normais	5.903	5.137	5.903	5.137
	460.266	643.656	466.216	646.161
Governos:				
Encargos sociais vinculados à folha de pagamento	98.107	75.633	98.191	45.645
Tributos				
Federais	563.946	397.706	573.461	405.405
Estaduais	63.898	66.986	63.898	66.986
Municipais	2.367	1.483	2.620	1.485
Encargos regulatórios	398.184	389.841	400.032	391.621
	1.126.502	931.649	1.138.202	941.142
Financiadores:				
Encargos financeiros, variação monetária e outros				
Eletrobras	8.930	225.416	8.930	225.416
Outros financiadores	82.737	60.783	116.199	107.095
Aluguéis	15.098	15.452	15.540	15.636
	106.765	301.651	140.669	348.147
Lucro líquido do período	1.538.181	625.579	1.538.180	625.579
TOTAL	3.231.714	2.502.535	3.283.268	2.561.029
Valor adicionado médio por empregado	574	443	558	444

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - Informações Trimestrais

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 30/09/2010

00332-8

CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

33.541.368/0001-16

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Comentário de desempenho apresentado apenas no consolidado.

00332-8

CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

33.541.368/0001-16

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

1 - RESULTADO DO PERÍODO

Apresentamos, a seguir, a demonstração analítica do resultado do trimestre, comparativamente com o correspondente período do ano anterior:

	01/07 a 30/09/2010	01/01 a 30/09/2010	01/07 a 30/09/2009	01/01 a 30/09/2009
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de energia elétrica	197.606	569.268	198.254	576.547
Suprimento de energia elétrica	903.609	2.531.271	655.849	1.972.260
Sistema de transmissão	123.696	359.652	110.145	325.578
Energia elétrica de curto prazo (CCEE)	186.670	201.844	49.357	223.350
Receita de Construção	136.548	378.702	88.759	275.559
Receita Financeira (Atual. Ativo da Transmissão)	189.081	570.338	194.782	586.907
Outras receitas operacionais	4.866	20.477	3.140	9.037
	1.742.076	4.631.552	1.300.286	3.969.238
Deduções da receita operacional				
Reserva Global de Reversão – RGR	(45.204)	(92.337)	(29.046)	(87.949)
ICMS sobre energia elétrica	(21.913)	(63.122)	(22.245)	(66.505)
ISS	(185)	(702)	(95)	(308)
Pesquisa e Desenvolvimento	(13.901)	(36.680)	(10.671)	(32.209)
Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC	(31.619)	(69.072)	(16.716)	(50.934)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(4.988)	(14.727)	(4.232)	(12.397)
Proinfra	(12.204)	(39.449)	(9.022)	(31.510)
Pis/Pasep	(22.207)	(59.784)	(17.207)	(51.506)
Cofins	(102.312)	(275.417)	(79.269)	(237.291)
	(254.533)	(651.290)	(188.503)	(570.609)
Receita operacional líquida	1.487.543	3.980.262	1.111.783	3.398.629
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA				
Custo com energia elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	(162)	(24.061)	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	(186.994)	(579.056)	(199.643)	(555.317)
Custo de operação				
Pessoal	(75.896)	(190.917)	(64.481)	(169.084)
Material	(1.093)	(5.770)	(1.946)	(5.537)
Combustíveis para produção de energia	(142)	(2.003)	(202)	(6.976)
Serviço de terceiros	(28.308)	(59.750)	(10.492)	(42.287)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos	(42.021)	(138.928)	(51.550)	(153.575)
Depreciação e amortização	(86.638)	(261.433)	(87.315)	(262.941)
Outras	(7.508)	10.932	991	2.398
	(428.762)	(1.250.986)	(414.638)	(1.193.319)
Custo de Construção	(119.332)	(351.047)	(87.783)	(262.377)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(63)	(3.330)	3	(11)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	939.386	2.374.899	609.365	1.942.922
DESPESAS OPERACIONAIS	(196.677)	(573.298)	(479.615)	(985.815)
RESULTADO DO SERVIÇO	742.709	1.801.601	129.749	957.107
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA				
Renda de aplicações financeiras	19.671	52.281	17.970	64.364
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	59.637	94.791	7.683	22.674
Outras variações monetárias ativas	513	1.087	(7)	424
Outras receitas financeiras	(31.022)	(18.004)	(11.497)	(7.571)
Encargos de dívidas	(20.237)	(58.047)	(100.313)	(311.775)
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos		(3.865)	13.319	50.880
Outras variações monetárias passivas	(55)	(100)	(40)	(51)
Outras despesas financeiras	(18.845)	(48.575)	(5.812)	(36.104)
	9.662	19.568	(78.697)	(217.159)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)				
Receita	430	829	5.809	5.998
Despesa	(520)	(533)	(2.729)	(4.053)
	(90)	296	3.080	1.945
RESULTADO OPERACIONAL	752.281	1.821.465	54.133	741.893
Contribuição social	(68.110)	(164.371)	(6.719)	(68.837)
Imposto de renda	(188.811)	(419.351)	(19.624)	(188.469)
Incentivos fiscais	134.614	300.437	14.796	140.992
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	629.974	1.538.181	42.586	625.579
Lucro líquido por ação (R\$)	15,10	36,88	1,02	15,00

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

2 - LUCRO LÍQUIDO

A Companhia registrou neste terceiro trimestre de 2010 um lucro líquido de R\$ 630,0 milhões, 1.378,9% superior ao registrado no mesmo período de 2009 que atingiu o montante de R\$ 42,6 milhões.

Principais fatores componentes deste resultado.

a) Receita Operacional.

A receita operacional bruta, no montante de R\$ 1.742,1 milhões, apresentou aumento, 34,0%, em relação à alcançada no mesmo período de 2009 (R\$ 1.300,3 milhões), basicamente como reflexo do aumento de 37,8% no montante apurado no *suprimento* às empresas distribuidoras e comercializadoras que alcançou R\$ 903,6 milhões, contra R\$ 655,8 milhões, registrados em 2009, resultantes da entrada de novos contratos de leilões realizados no Ambiente de Contratação Livre – ACL e no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e dos reajustes previstos nos contratos vigentes. O *fornecimento* direto às indústrias registrou o montante de R\$ 197,6 milhões, com discreta redução de 0,4% em relação ao apurado no período comparado (R\$ 198,3 milhões), motivada pelos vencimentos de contratos de leilões de energia em relação à entrada de novos contratos. Os montantes apurados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no mercado de curto prazo, registraram forte aumento de 277,9% (R\$ 186,7 milhões e R\$ 49,4 milhões, respectivamente). A receita de *transmissão* registrou aumento de 62,7% (R\$ 48,8 milhões e R\$ 30,0 milhões, respectivamente) no período em análise, reflexo dos reajustes dos contratos vigentes e da entrada de novos empreendimentos.

A receita operacional bruta da Companhia apresentou a seguinte composição:

	3º Trimestre de 2010		3º Trimestre de 2009		
	Nº de clientes	R\$ milhões	Nº de clientes	R\$ milhões	Var. %
Fornecimento industrial	25	197,6	22	198,3	(0,4)
Suprimento de energia	50	903,6	44	655,8	37,8
Sistema de Transmissão	200	123,7	146	110,1	12,35
Energia elétrica de curto prazo		186,7		49,4	277,9
Receita de Construção		136,5		88,8	53,7
Receita Financeira		189,1		194,8	(2,9)
Outras		4,9		3,1	58,1
Total		1.742,1		1.300,3	34,0

b) Custos e Despesas Operacionais.

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 744,8 milhões no período, com redução de 24,2% em relação aos registrados no mesmo período de 2009 (R\$ 982,0 milhões), como reflexo da diminuição de 90,4% na rubrica *Serviço de Terceiros* (R\$ 29,5 milhões); de 54,6% na rubrica *Pessoal* no período analisado (R\$ 240,2 milhões), decorrente do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2010/2011; da redução de 18,5% na rubrica *Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos* (R\$ 9,5 milhões); da redução de 6,3% na rubrica *Encargo de uso da rede elétrica*, no período

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

comparado (R\$ 12,6 milhões). Em contrapartida houve aumento na rubrica *Provisão para Contingências*, decorrente do registro de provisões trabalhistas no valor de R\$ 8,3 milhões. As demais rubricas, em média, não apresentaram variações significativas.

c) Resultado do Serviço.

O desempenho das receitas, dos custos e das despesas operacionais, permitiu à Companhia apurar um Resultado do Serviço – que reflete diretamente os negócios da sua atividade-fim, energia elétrica – de R\$ 742,7 milhões no período em análise, com aumento de 472,6% em relação ao apurado no mesmo período de 2009, que alcançou R\$ 129,7 milhões.

d) Resultado Financeiro.

As despesas e receitas financeiras acumularam, no período, resultado positivo de R\$ 9,7 milhões, contra o resultado negativo (R\$ 78,7 milhões) no mesmo período de 2009. Tal melhora teve como principal origem a redução dos encargos financeiros, decorrente da queda do estoque da dívida, grande parte pela conversão, no final de 2009, de empréstimos e financiamentos junto à Eletrobras em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

e) Incentivos fiscais.

No período em análise, registrou-se o montante acumulado de R\$ 134,6 milhões, a título de redução de imposto de renda resultante de incentivos fiscais Sudene, com reflexo direto sobre o lucro, sendo o mesmo 809,5% superior ao registrado no mesmo período de 2009 (R\$ 14,8 milhões).

3 – INVESTIMENTOS

Os recursos financeiros aplicados pela Companhia na expansão do seu sistema elétrico no período totalizaram R\$ 189,7 milhões (R\$ 164,1 milhões, no mesmo período de 2009), dos quais R\$ 115,9 milhões em obras do sistema de transmissão, R\$ 58,6 milhões em geração de energia, e R\$ 15,2 milhões em infraestrutura.

Ainda no âmbito dos investimentos, foram efetivados, no período, novos aportes de capital na sua investida da atividade de geração a empresa ESBR Participações S.A. no montante de R\$ 53,0 milhões – total acumulado de R\$ 332,6 milhões, considerando-se a equivalência patrimonial -, da qual participa com 20,0% do capital social, juntamente com as empresas Suez Energy South America Participações Ltda., 50,1%, Eletrosul Centrais Elétricas S.A., 20,0%, e a Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A., 9,9%. A Companhia associou-se às empresas mencionadas para participar do Leilão nº 005/2008-ANEEL, com o objetivo de obter a concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Jirau – UHE Jirau, no Rio Madeira, no município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, com potência instalada mínima de 3.300 MW, cujo consórcio foi o vencedor, constituindo inicialmente a empresa Energia Sustentável do Brasil S.A. - subsidiária integral da ESBR Participações S.A., a partir de maio/2009. O prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos.

Também foram efetivados, no período, aportes de capital, no montante de R\$ 8,6 milhões – total acumulado de R\$ 45,8 milhões, na sua investida da atividade de transmissão, a empresa Interligação

00332-8

CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

33.541.368/0001-16

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Elétrica do Madeira S.A., criada a partir do Leilão ANEEL – 007/2008, da qual possui 24,5% do capital social, juntamente com as empresas Furnas Centrais Elétricas S.A., 24,5%, e a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, 51,0%. A referida sociedade, constituída em 18 de dezembro de 2008, tem por objeto a construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado Nacional, da linha de transmissão de 600 kV Coletora Porto Velho (RO) / Araraquara 2 (SP), em corrente contínua, da estação retificadora de corrente alternada para corrente contínua 500/600 kV, localizada na subestação Coletora Porto Velho, com capacidade de 3.150 MW, e da estação inversora de corrente contínua para corrente alternada 600/500 kV, localizada na subestação Araraquara 2, com capacidade de 2.950 MW, com início das operações previsto para abril de 2013 e prazo de concessão de 30 anos.

Neste período, a Companhia deu início a aportes de capital, no montante de R\$ 6,6 milhões, na sua nova investida, na atividade de transmissão, a empresa TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A., criada a partir do Consórcio Nordeste de Transmissão de Energia, vencedor do Lote C do Leilão nº 005/2009, promovido pela Aneel, em 27 de novembro de 2009, com objetivo de construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado Nacional, especificamente da Linha de Transmissão São Luiz II – São Luiz III, em 230 kV, localizada no estado do Maranhão, das subestações Pecém II, em 500 kV e Aquiraz II, em 230 kV, localizadas no estado do Ceará. A Chesf participa com 49,0% no capital social dessa empresa, juntamente com a ATP Engenharia Ltda. com 51,0%. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 anos, cuja homologação e adjudicação ocorreram em 19 de janeiro de 2010, com investimento previsto em R\$ 240 milhões.

Neste trimestre, a Companhia iniciou aportes de capital, no montante de R\$ 27,0 milhões, na sua mais nova investida, a empresa Norte Energia S.A., constituída a partir do Consórcio Norte Energia vencedor do Leilão nº 006/2009-ANEEL, cujo objeto foi a concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, da qual a Chesf participa com 15,00% do capital social, juntamente com a Eletrobras, 15,00%; Eletronorte, 19,98%; Construtora Queiroz Galvão S.A., 2,51%; Contern Construções e Comércio Ltda., 1,25%; Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, 10,00%; Cetenco Engenharia S.A., 1,25%; Galvão Engenharia S.A., 1,25%; J. Malucelli Construtora de Obras S.A., 1,00%; Mendes Junior Trading Engenharia S.A., 1,25%; Serveng-Civilsan S.A., 1,25%; J. Malucelli Energia S.A., 0,25%; e Gaia Energia e Participações S.A., 9,00%; Caixa FI Cevix, 5,00%; Sinobras - Siderúrgica Norte Brasil S.A., 1,00%; Fundação dos Economistas Federais - Funcef, 2,50%, Bolzano Participações S.A., 10,00%; e a Construtora OAS, 2,51%. A UHE Belo Monte será instalada no Rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, no Pará. A capacidade mínima instalada é de 11.233,1 MW, garantia física de 4.571 MW médios e reservatório com área de 516 quilômetros quadrados (Km2), cujo prazo de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos.

A companhia é participante dos consórcios Pedra Branca, São Pedro do Lago e Sete Gameleiras, vencedores do Leilão ANEEL nº 007/2010, cujo objeto é a contratação no ambiente regulado de energia de fontes alternativas de geração, na modalidade por disponibilidade de energia, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2013 e prazo de duração de vinte anos, proveniente de três parques eólicos localizados na região nordeste – EOL Pedra Branca, EOL São Pedro do Lago e EOL Sete

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - Informações Trimestrais

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 30/09/2010

00332-8

CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

33.541.368/0001-16

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Gameleiras -, formado pela Chesf com participação de 49% e Brennand Energia, 51%, com capacidade para gerar 30 MW, cada.

4 - GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA)

As demonstrações contábeis do período apresentaram uma geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, que é representada pelo resultado antes das despesas financeiras, dos impostos, das provisões para contingências e da depreciação e amortização, tendo alcançado o montante de R\$ 907,4 milhões, com aumento de 254,2% em relação ao registrado no mesmo período de 2009, que totalizou R\$ 256,2 milhões.

5 - VALOR ADICIONADO

A contribuição da Companhia na geração do valor adicionado no período em análise foi de R\$ 1.267,8 milhões, representando 73,0% de suas receitas, contra R\$ 854,7 milhões, registrados no mesmo período de 2009, que representaram 65,9%. Este valor foi devolvido à sociedade em forma de salários, encargos e benefícios aos empregados e seus dependentes (13,8%); de impostos, taxas e contribuições, aos governos federal, estaduais e municipais (32,8%); de juros aos financiadores (3,7%) e de lucros aos acionistas (49,7%).

00332-8

CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

33.541.368/0001-16

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Aos
Administradores e Acionistas
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

- 1 Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR (da controladora e consolidadas) da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (a "Companhia") e de suas controladas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.
- 2 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
- 3 Com base em nossa revisão limitada, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais da controladora, acima referidas, para que estas estejam de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, aplicável à preparação das Informações Trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- 4 Com base em nossa revisão limitada, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais consolidadas, acima referidas, para que estas estejam de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Demonstração Financeira Intermediária, emitida pelo IASB - International Accounting Standards Board, aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários -CVM.
- 5 Revisamos, também, as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à preparação de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

00332-8 CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO 33.541.368/0001-16

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

- 6 Conforme mencionado na Nota 2, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por meio da Deliberação CVM nº 603/09, facultou que as companhias apresentassem suas Informações Trimestrais durante o exercício de 2010 com base nas normas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2009, desde que posteriormente essas Informações Trimestrais fossem reapresentadas, incluindo cifras comparativas, para atendimento às novas normas. Nestes termos, as presentes Informações Trimestrais - ITR diferem das originalmente divulgadas pela Companhia.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PE

Gilberto Bagaiolo Contador Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1RS069038/O-0 "S" PE Contador CRC 1SP168728/O-4 "S" PE

00332-8	CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	33.541.368/0001-16
---------	-------------------------------------	--------------------

23.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Reapresentação em atendimento às novas normas, conforme facultou a Deliberação CVM nº 603/2009.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00332-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	3 - CNPJ 33.541.368/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	10
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2010 a 30/09/2010	13
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/09/2010	14
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	15
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	17
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	19
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	21
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/07/2010 a 30/09/2010	24
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/09/2010	25
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	26
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	113
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	114
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	119
23	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	121